

Wilson Sons Limited

*(Tradução para Conveniência para Português a Partir
do Documento Emitido Originalmente em Inglês)*

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes ao exercício Findo em
31 de Dezembro de 2010
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Tradução de Conveniência para Português a Partir do Documento Emitido Originalmente em Inglês)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Wilson Sons Limited
Hamilton, Bermuda

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Wilson Sons Limited e subsidiárias (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, todos expressos em dólares norte-americanos, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“International Standards on Auditing”). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Grupo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

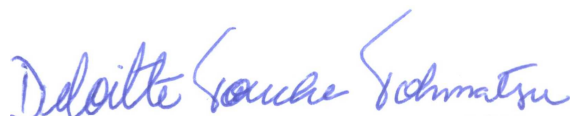
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), expressos em dólares norte-americanos.

Nossos exames também abrangeram a tradução de conveniência dos valores da moeda de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas (dólares norte-americanos) para reais e, em nossa opinião, essa tradução de conveniência foi feita em conformidade com a base explicada na Nota 2. A conversão dos valores das demonstrações financeiras consolidadas para reais, bem como a tradução destas para português, foram efetuadas exclusivamente para a conveniência de leitores no Brasil e, portanto, a referida conversão para reais não representa os valores de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Rio de Janeiro, Brasil
24 de março de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes



Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador

WILSON SONS LIMITEDDEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

	Notas	2010	2009	Conversão para conveniência	
		US\$	US\$	2010 R\$	2009 R\$
RECEITAS LÍQUIDAS	4	575.551	477.888	958.982	832.098
Custos de insumos e matérias-primas		(67.222)	(49.570)	(112.005)	(86.311)
Despesas de pessoal	5	(198.736)	(149.086)	(331.134)	(259.588)
Depreciação e amortização		(42.921)	(32.065)	(71.515)	(55.832)
Outras despesas operacionais	6	(188.276)	(151.337)	(313.705)	(263.508)
Resultado na venda de ativo imobilizado		90	470	150	818
Receitas financeiras	7	13.940	34.343	23.227	59.798
Despesas financeiras	7	(11.814)	(9.555)	(19.684)	(16.637)
Ganho de capital na transação da joint venture	23	<u>20.407</u>	-	<u>34.002</u>	-
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		101.019	121.088	168.318	210.838
Imposto de renda e contribuição social	8	<u>(30.514)</u>	<u>(31.104)</u>	<u>(50.843)</u>	<u>(54.158)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>70.505</u>	<u>89.984</u>	<u>117.475</u>	<u>156.680</u>
Atribuível a:					
Proprietários da companhia		69.996	88.531	116.627	154.149
Participação de não controladores		<u>509</u>	<u>1.453</u>	<u>848</u>	<u>2.531</u>
		<u>70.505</u>	<u>89.984</u>	<u>117.475</u>	<u>156.680</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Diferença de câmbio		<u>4.607</u>	<u>15.538</u>	<u>7.676</u>	<u>27.053</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>75.112</u>	<u>105.522</u>	<u>125.151</u>	<u>183.733</u>
Total resultados abrangentes do ano atribuíveis à:					
Acionistas da controladora		74.855	102.823	124.723	179.034
Participação de não controladores		<u>257</u>	<u>2.699</u>	<u>428</u>	<u>4.699</u>
		<u>75.112</u>	<u>105.522</u>	<u>125.151</u>	<u>183.733</u>
Lucro por ação (Em centavos)	21	<u>98,39c</u>	<u>124,44c</u>	<u>163,93c</u>	<u>216,67c</u>

Taxas de câmbio:

31/12/10 – R\$1.6662/ US\$1.00

31/12/09 – R\$1.7412/ US\$1.00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

WILSON SONS LIMITED

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

ATIVO	Nota	2010	2009	Conversão para conveniência	
		US\$	US\$	2010 R\$	2009 R\$
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Ágio	9	15.612	15.612	26.013	27.184
Outros ativos intangíveis	10	16.841	2.239	28.060	3.899
Imobilizado	11	560.832	438.878	934.458	764.174
Impostos diferidos ativos	16	28.923	25.499	48.192	44.398
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	6.400	-	10.665	-
Outros ativos não circulantes		<u>6.552</u>	<u>10.521</u>	<u>10.918</u>	<u>18.319</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>635.160</u>	<u>492.749</u>	<u>1.058.306</u>	<u>857.974</u>
ATIVOS CIRCULANTES					
Estoques	12	20.147	20.687	33.569	36.021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	128.561	105.499	214.206	183.695
Investimentos de curto prazo	14	36.729	11.116	61.198	19.355
Caixa e equivalentes de caixa	14	<u>118.172</u>	<u>178.136</u>	<u>196.898</u>	<u>310.170</u>
Total dos ativos circulantes		<u>303.609</u>	<u>315.438</u>	<u>505.871</u>	<u>549.241</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>938.769</u>	<u>808.187</u>	<u>1.564.177</u>	<u>1.407.215</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO					
CAPITAL E RESERVAS					
Capital social	21	9.905	9.905	16.504	17.247
Reservas de capital		91.484	146.334	152.431	254.797
Reservas de lucros		1.981	1.981	3.301	3.449
Contribuição excedente		27.449	-	45.737	-
Lucros acumulados		313.299	243.303	522.017	423.640
Ajuste de conversão		<u>20.924</u>	<u>16.065</u>	<u>34.864</u>	<u>27.972</u>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		465.042	417.588	774.854	727.105
Participação de não controladores		-	5.891	-	10.257
Total do patrimônio líquido		<u>465.042</u>	<u>423.479</u>	<u>774.854</u>	<u>737.362</u>
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Financiamentos bancários	15	288.596	237.271	480.859	413.136
Impostos diferidos passivos	16	15.073	16.140	25.115	28.102
Provisões para contingências	17	12.289	9.831	20.476	17.118
Arrendamento mercantil financeiro	18	<u>6.305</u>	<u>8.653</u>	<u>10.505</u>	<u>15.067</u>
Total dos passivos não circulantes		<u>322.263</u>	<u>271.895</u>	<u>536.955</u>	<u>473.423</u>
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	117.698	89.927	196.108	156.581
Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.354	838	5.588	1.460
Arrendamento mercantil financeiro	18	4.847	3.902	8.076	6.793
Empréstimos e financiamentos	15	<u>25.565</u>	<u>18.146</u>	<u>42.596</u>	<u>31.596</u>
Total dos passivos circulantes		<u>151.464</u>	<u>112.813</u>	<u>252.368</u>	<u>196.430</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>473.727</u>	<u>384.708</u>	<u>789.323</u>	<u>669.853</u>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		<u>938.769</u>	<u>808.187</u>	<u>1.564.177</u>	<u>1.407.215</u>

Taxas de câmbio:

31/12/10 – R\$1.6662/ US\$1.00

31/12/09 – R\$1.7412/ US\$1.00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

WILSON SONS LIMITED

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

	Nota	Reserva de capital			Pagamento adicional de capital US\$	Reservas de lucros US\$	Contribuição excedente US\$	Lucros acumulados US\$	Ajuste de conversão US\$	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas US\$	Participação de não controladores US\$	Total US\$
		Capital social US\$	Ágio na emissão de ações US\$	Outras US\$								
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2009		9.905	117.951	28.383	-	1.981	-	170.779	1.773	330.772	1.411	332.183
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	88.531	-	88.531	1.453	89.984
Ajuste de conversão em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	14.292	14.292	14.292	1.246	15.538
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	88.531	14.292	102.823	2.699	105.522
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.781	1.781
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(16.007)	-	(16.007)	-	(16.007)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	21	<u>9.905</u>	<u>117.951</u>	<u>28.383</u>	<u>-</u>	<u>1.981</u>	<u>-</u>	<u>243.303</u>	<u>16.065</u>	<u>417.588</u>	<u>5.891</u>	<u>423.479</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	69.996	-	69.996	509	70.505
Ajuste de conversão em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	4.859	4.859	4.859	(252)	4.607
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	69.996	4.859	74.855	257	75.112
Aquisição de participação de não controladores	22	-	-	-	(4.850)	-	-	-	-	(4.850)	(4.156)	(9.006)
Resultado de lucros acumulados		-	(50.000)	-	-	-	50.000	-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(22.551)	-	(22.551)	(1.992)	(24.543)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	21	<u>9.905</u>	<u>67.951</u>	<u>28.383</u>	<u>(4.850)</u>	<u>1.981</u>	<u>27.449</u>	<u>313.299</u>	<u>20.924</u>	<u>465.042</u>	<u>-</u>	<u>465.042</u>

(continua)

WILSON SONS LIMITED

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

Conversão para conveniência											
Nota	Capital social R\$	Reserva de capital		Pagamento adicional de capital R\$	Reservas de lucros R\$	Contribuição excedente R\$	Lucros acumulados R\$	Ajuste de conversão R\$	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas R\$	Participação de não controladores R\$	Total R\$
		Ágio na emissão de ações R\$	Outras R\$								
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2009	23.148	275.652	66.331	-	4.630	-	399.111	4.144	773.016	3.298	776.314
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	154.149	-	154.149	2.531	156.680
Ajuste de conversão em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	24.885	24.885	2.168	27.053
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	154.149	24.885	179.034	4.699	183.733
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.101	3.101
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(27.871)	-	(27.871)	-	(27.871)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira para o real	(5.901)	(70.275)	(16.911)	-	(1.181)	-	(101.749)	(1.057)	(197.074)	(841)	(197.915)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	21	<u>17.247</u>	<u>205.377</u>	<u>49.420</u>	<u>-</u>	<u>3.449</u>	<u>423.640</u>	<u>27.972</u>	<u>727.105</u>	<u>10.257</u>	<u>737.362</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	116.627	-	116.627	848	117.475
Ajuste de conversão em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	8.096	8.096	(420)	7.676
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	116.627	8.096	124.723	428	125.151
Aquisição de participação de não controladores	22	-	-	-	(8.080)	-	-	-	(8.080)	(6.925)	(15.005)
Resultado de lucros acumulados	-	(83.311)	-	-	-	83.311	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(37.574)	-	-	(37.574)	(3.320)	(40.894)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira para o real	-	(743)	(8.846)	(2.129)	-	(148)	(18.250)	(1.204)	(31.320)	(440)	(31.760)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	21	<u>16.504</u>	<u>113.220</u>	<u>47.291</u>	<u>(8.080)</u>	<u>3.301</u>	<u>522.017</u>	<u>34.864</u>	<u>774.854</u>	<u>-</u>	<u>774.854</u>

Taxas de câmbio:

31/12/10 – R\$1.6662/ US\$1.00

31/12/09 – R\$1.7412/ US\$1.00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

WILSON SONS LIMITED

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

	Nota	2010	2009	Conversão para conveniência	
		US\$	US\$	2010 R\$	2009 R\$
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	27	97.013	69.908	161.643	121.724
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Juros recebidos	7	8.467	6.874	14.107	11.969
Venda de ativo imobilizado		959	751	1.598	1.308
Aquisições de ativo imobilizado		(161.971)	(139.743)	(269.876)	(243.320)
Aquisições de ativo intangível		(14.546)	-	(24.237)	-
Resgate do investimento a curto prazo		(25.613)	(11.130)	(42.676)	(19.380)
Efeito caixa da joint venture adquirida		5.040	-	8.398	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(187.664)</u>	<u>(143.248)</u>	<u>(312.686)</u>	<u>(249.423)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de dividendos		(24.543)	(16.007)	(40.894)	(27.871)
Pagamentos de empréstimos		(18.953)	(16.848)	(31.579)	(29.336)
Pagamentos de leasing		(3.969)	(3.844)	(6.613)	(6.693)
Captação de novos financiamentos		77.650	83.894	129.380	146.076
Saldos negativos de contas bancárias		6.391	227	10.649	396
Fluxo de caixa líquido utilizado na aquisição de subsidiária		<u>(9.006)</u>	<u>-</u>	<u>(15.005)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado por atividades de financiamento		<u>27.570</u>	<u>47.422</u>	<u>45.938</u>	<u>82.572</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		(63.081)	(25.918)	(105.105)	(45.127)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		178.136	180.022	310.170	420.711
Efeito das mudanças da taxa de câmbio de moedas estrangeiras		3.117	24.032	5.193	41.844
Ajuste de conversão de moeda estrangeira para o real		-	-	(13.360)	(107.258)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		<u>118.172</u>	<u>178.136</u>	<u>196.898</u>	<u>310.170</u>

Taxas de câmbio:

31/12/10 – R\$1.6662/ US\$1.00

31/12/09 – R\$1.7412/ US\$1.00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

WILSON SONS LIMITED

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Wilson Sons Limited (“Grupo” ou “Companhia”) é uma companhia sediada em Bermuda, de acordo com o Ato 1981 de Companhias. O endereço do escritório do Grupo é Clarendon House, 2 Church Street, Hamilton, HM11, Bermuda. O Grupo é um dos maiores operadores integrados de logística portuária e marítima e cadeia de suprimentos com mais de 173 anos de experiência operando no mercado brasileiro, possui uma rede de amplitude nacional e presta uma variedade de serviços para os participantes do comércio internacional, em particular no setor portuário e marítimo. As principais atividades são divididas nos seguintes segmentos: operação de terminais portuários, serviços de rebocagem, logística, agenciamento marítimo, apoio marítimo à plataforma de petróleo e gás natural e estaleiro.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Padrão de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”).

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em Dólares norte-americanos, de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB), com base no custo histórico, exceto na reavaliação de instrumentos financeiros e passivo com plano de opção de ações.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos, exceto pelos instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações, que são mensurados pelos seus valores justos, conforme relatado nas políticas contábeis abaixo. O custo histórico é, em geral, baseado no valor justo da variação do ativo.

Conversão de Conveniência

As demonstrações financeiras consolidadas, originalmente preparadas em dólares norte-americanos, foram também convertidas para reais. Para fins dessa conversão de conveniência, foram utilizadas as taxas de conversão (PTAX), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, nas datas de fechamento das demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as taxas de conversão aplicadas foram R\$1,6662 e R\$1,7412 respectivamente. A diferença entre as taxas aplicadas em cada uma das datas de fechamento gera impactos de conversão nos saldos iniciais das movimentações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício subsequente. O efeito dessa diferença foi demonstrado nas movimentações apresentadas nas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e respectivas notas explicativas e foi denominado “Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real”. Vale ressaltar que essa conversão de conveniência para Real foi realizada com o único objetivo de proporcionar ao usuário das demonstrações financeiras uma visão dos números na moeda local do país onde o Grupo realiza suas operações.

As principais práticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e das suas entidades controladas. O controle é alcançado quando o Grupo possui o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da empresa, obtendo benefícios das suas atividades.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o ano são incluídos no resultado consolidado a partir da data de aquisição ou até a data de alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras das subsidiárias no intuito de alinhar as práticas contábeis utilizadas para as Companhias do Grupo.

Todas as transações entre as Companhias do Grupo, patrimoniais, receitas e despesas são eliminadas totalmente na consolidação.

Participações de não controladores de subsidiárias são identificadas separadamente do patrimônio do Grupo. As participações de acionistas não controladores podem ser inicialmente mensuradas a valor de mercado ou serem proporcionais ao ativo líquido adquirido. A base de mensuração é feita aquisição por aquisição. Subsequente à aquisição, a participação dos não controladores consiste no montante dessas participações na data da negociação mais as mudanças ocorridas no patrimônio. O resultado abrangente é atribuído à participação do não controlador, mesmo sendo este resultado um prejuízo.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos das subsidiárias diretas e indiretas, e que estão listadas na Nota 22.

Participações em controladas em conjunto

Uma controlada em conjunto (*joint ventures*) é constituída por acordo contratual em que o Grupo e outras partes empreendem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, que é representado quando as decisões financeiras e operacionais relativas às atividades do Grupo exigem consentimento unânime das partes que dividem o controle.

Os ativos e passivos referentes à participação do Grupo nas entidades controladas em conjunto são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo e contabilizados conforme sua natureza. Obrigações e despesas incorridas diretamente aos direitos das participações das controladas em conjunto são contabilizadas para uma base acumulada. Receitas referentes à venda ou emissão de ações do Grupo de participações em controladas e suas despesas são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações irão para/virão do Grupo e seus montantes podem ser mensurados confiavelmente.

Acordos de Joint Venture que envolvem a criação de uma entidade separada na qual cada parte tem interesse são referenciadas como controladas em conjunto.

O Grupo registra suas participações em controladas em conjunto (*joint ventures*) por meio de consolidação proporcional. A participação do Grupo em ativos, passivos, receitas e despesas de entidades controladas em conjunto é combinada com os itens equivalentes em cada linha nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quando o Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto (*joint ventures*), os lucros e as perdas não realizados são eliminados em proporção à participação do Grupo na controlada em conjunto.

Moeda funcional

A moeda funcional para cada entidade do Grupo é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Transações que não sejam na moeda funcional (moeda estrangeira) dessa entidade são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada relatório anual, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do fim do ano.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira não são reconvertidos.

Na consolidação, os itens de resultado das entidades com moeda funcional que não seja o dólar são traduzidos para dólares na taxa de câmbio média do período, já que essa é a moeda funcional do Grupo. Os itens do balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio do fim do ano. As variações cambiais decorrentes da consolidação das entidades com moedas funcionais diferentes do dólar são classificadas no patrimônio líquido e são reconhecidas na conta de ajuste de conversão.

Planos de previdência

Pagamentos aos planos de previdência privada na categoria de contribuição definida são registrados como despesa, quando incorridos. Pagamentos efetuados aos planos de aposentadoria administrados pelo governo são considerados equivalentes àqueles oriundos de plano de benefício de contribuição definida.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Os impostos compreendem imposto de renda e contribuição social (corrente e diferidos)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do ano. Lucro tributável difere do lucro antes do imposto de renda, conforme apresentado na demonstração do resultado, tendo em vista que o lucro tributável exclui ou inclui itens que não serão, temporariamente ou permanentemente, tributáveis ou dedutíveis. O passivo relacionado ao imposto corrente do Grupo é calculado com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

O imposto diferido é o imposto que a Companhia espera pagar ou recuperar sobre as diferenças temporárias (como, por exemplo, diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo e o seu valor fiscal utilizado para cálculo do lucro tributável). Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que esses ativos sejam recuperáveis por meio de suficiente lucro tributável. Estes impostos diferidos ativos e passivos não são reconhecidos se as diferenças temporárias originam-se de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto em uma combinação de negócios) de um ativo ou passivo em uma transação que não afeta a contabilização do lucro ou o lucro tributável.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em subsidiárias ou associadas, e participações em controladas em conjunto, exceto quando o Grupo pode controlar a remessa dos lucros e é provável que não haja remessa sobre os exercícios anteriores num futuro próximo. Impostos diferidos passivos originados de diferenças temporárias dedutíveis associados a estes investimentos e participações são somente reconhecidos quando é provável que haverá lucro tributável suficiente para utilizar os benefícios das diferenças temporárias e podem ser revertidos em um futuro próximo.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente quando é provável que esses ativos sejam recuperáveis por meio de suficiente lucro tributável. A recuperação do ativo fiscal diferido é revisada em cada data de balanço.

O imposto diferido é calculado com base nas alíquotas efetivas quando da liquidação do passivo ou realização do ativo, e com base nas alíquotas e legislações vigentes ao final do período de referência.

A Companhia detém o direito de compensar o imposto de renda diferido ativo com o passivo quando estes são tributados na mesma entidade e são tributos da mesma esfera fiscal e quando há permissão fiscal para que esta faça o reembolso ou pagamento líquido. Nas demonstrações financeiras consolidadas o imposto de renda diferido ativo de uma Companhia não pode ser eliminado com o imposto de renda diferido passivo de outra, já que não há provisão legal para a compensação de impostos ativos e passivos entre as Companhias do Grupo.

O imposto diferido é debitado ou creditado ao resultado, exceto quando este é relacionado a itens que tenham sido debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, para os quais tal imposto diferido também é reconhecido diretamente ao patrimônio líquido.

Imobilizado

O imobilizado está reconhecido pelo custo de aquisição reduzido da depreciação acumulada e qualquer provisão para realização do ativo.

A depreciação é calculada com base no método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada, conforme demonstrado a seguir:

Imóveis próprios:	25 anos
Benfeitorias em imóveis alugados:	(*)
Embarcações:	20 anos
Veículos:	5 anos
Máquinas e equipamentos:	5 a 20 anos

(*) inferior ao período do aluguel ou vida útil

Os ativos em construção são reconhecidos ao custo, reduzido de qualquer provisão para recuperabilidade. O custo inclui honorários de profissionais contratados para os ativos qualificáveis. A depreciação, calculada nas mesmas bases dos demais ativos, começa quando os ativos estão prontos para o uso.

Os contratos de *leasing* financeiro são depreciados ao longo da vida útil esperada nas mesmas bases dos ativos próprios. Quando não há certeza razoável que o arrendatário será o proprietário ao final do prazo do *leasing*, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo do arrendamento mercantil ou da sua vida útil, o que for menor.

Os custos com docagem são capitalizados e depreciados ao longo do período para o qual estes gerarão benefícios econômicos.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período substancial para

estar pronto para seu uso pretendido ou venda, são adicionados ao custo desses ativos, até a conclusão dos mesmos.

Receitas financeiras decorrentes de investimento temporário de empréstimos, enquanto os mesmos não são utilizados para seus devidos fins, são deduzidos dos custos capitalizados.

Todos os outros custos são reconhecidos em receita ou despesa no período os quais são incorridos.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de uma subsidiária ou controlada em conjunto (*joint venture*) e corresponde ao montante pago em excesso ao valor da participação do Grupo no valor de mercado dos ativos, passivos e passivos contingentes na data de aquisição da subsidiária ou da controlada em conjunto. O ágio é inicialmente contabilizado a custo e subseqüentemente calculado a custo menos a sua desvalorização.

Quando há mudança de percentual de participação em uma controlada que não resulte na alteração do controle, o ágio é calculado a partir da diferença entre o valor pago pela participação adicional e o valor de livros dos ativos líquidos na data da transação

Havendo a alienação de uma subsidiária ou controlada em conjunto o ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo na alienação dessa investida.

O Grupo testa a estimativa de recuperação do ágio anualmente ou quando ocorrem eventos que indiquem que o ágio pode não ser recuperado. Os montantes recuperáveis são determinados com base no valor das projeções de resultado. A principal premissa utilizada nas projeções de resultado refere-se a taxa de desconto, taxas de crescimento e alterações de preço de venda e custos durante os períodos. A Administração estima taxas de desconto utilizando taxas antes do imposto que refletem avaliações correntes de mercado para o custo do capital ao longo do tempo e os riscos específicos para a geração de caixa. As taxas de crescimento são baseadas nas projeções da Administração e tendências históricas. Mudanças nos preços de venda e custos diretos são baseados em práticas passadas e expectativas de mudanças futuras no mercado.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas de recuperabilidade. Amortização é reconhecida pelo método linear sobre suas expectativas de vida útil. A estimativa de vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, com os efeitos de quaisquer mudanças sendo contabilizados para uma base futura.

Recuperabilidade dos ativos tangíveis e outros ativos intangíveis, excluindo ágio

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revisados para recuperabilidade quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o seu valor residual pode não ser recuperável.

Ativos intangíveis com expectativas de vida indefinidas e ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso são testados para recuperabilidade, ao menos anualmente e quando existir uma indicação de que aquele ativo deve ser recuperado.

Uma provisão para recuperação dos ativos é reconhecida no montante pelo qual o valor residual do ativo excede seu respectivo valor de recuperação. O valor de recuperação é o maior valor entre o valor justo menos o custo para colocação à venda e o valor de utilização. Para o teste de recuperabilidade, os ativos são agrupados até o menor nível no qual os fluxos de caixa são identificados.

Estoques

Os estoques estão demonstrados ao menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. Os custos são representados por materiais diretos e, quando aplicável, custos diretos de pessoal e por aqueles custos que seriam incorridos para colocar tais estoques em condições de uso. O valor líquido de realização é representado pela estimativa de preço de venda para estoques menos todos os custos estimados para a finalização e custos de marketing, venda e distribuição a serem incorridos.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo conforme as disposições contratuais do instrumento.

1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados de acordo com as categorias especificadas: “mensurados pelo valor justo por meio do resultado”, “investimentos mantidos até o vencimento”, “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e da finalidade dos recursos financeiros e é determinada no momento do reconhecimento.

São instrumentos financeiros, reconhecidos na data da negociação na qual a compra ou venda ocorrem mediante termos contratuais e requerem entrega dentro dos prazos estabelecidos pelo mercado. Esses instrumentos são inicialmente registrados pelo valor justo mais os custos de transação, com exceção dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado, que são registrados inicialmente pelo valor justo.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são, subsequentemente, avaliados em sua totalidade, ao valor justo ou custo amortizado.

A receita é reconhecida pelo método de juros efetivos para ativos financeiros diferentes daqueles classificados como valor justo por meio do resultado.

Método do juros efetivos é o método de calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e de alocar a receita de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento ou, quando apropriado, o período mais curto na quantia escriturada líquida do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como empréstimos e recebíveis

Empréstimos e Recebíveis

Os seguintes instrumentos foram classificados como empréstimos e recebíveis e são avaliados ao custo amortizado usando o método eficaz de juros, menos o prejuízo. A renda de juros é reconhecida aplicando a taxa efetiva, à exceção dos recebíveis a curto prazo quando o reconhecimento do juros seria imaterial.

- Caixa e Equivalentes de Caixa / Investimentos de Curto Prazo: Caixa e equivalentes de caixa compreendem as disponibilidades em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez de até 90 dias, sujeitos ao risco mínimo de mercado; e Investimentos de Curto prazo compreendem as disponibilidades em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez de 90 a 365 dias.
- Contas a receber: Contas a receber e outros recebíveis são demonstrados pelo valor justo dos ativos a receber, reduzidos pela provisão para devedores duvidosos.

Avaliação de ativos financeiros

Os ativos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado são avaliados por indicadores a cada data do balanço. Os ativos financeiros são desvalorizados quando há uma evidência objetiva que, como consequência de uns ou vários eventos que ocorram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento sejam impactados.

A evidência objetiva da desvalorização pode incluir:

- significativa dificuldade financeira do emissor ou da contraparte; ou
- negligência do pagamento do principal e dos juros; ou
- é provável que o devedor entre em processo de falência ou de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de uma atividade de mercado para um ativo financeiro devido à dificuldades financeiras.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que são avaliados para não serem prejudicados individualmente são avaliados subsequentemente para o prejuízo em uma base coletiva. A evidência objetiva do prejuízo para uma carteira de recobráveis pode incluir a experiência anterior do Grupo dos pagamentos recebidos, um aumento no número de pagamentos atrasados na carteira após o período de crédito médio de 60 dias, assim como, mudanças perceptíveis nas situações econômicas nacionais ou locais correlacionada com a falta de pagamentos.

Para ativos financeiros avaliados ao custo amortizado, o valor do prejuízo é a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado da taxa de juros efetiva do ativo financeiro original.

O valor do ativo financeiro é reduzido diretamente pela desvalorização para todos os ativos financeiros com exceção das contas a receber, onde o valor contabilizado é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Quando o recebível é considerado incobrável, é baixado contra uma conta de provisão. A recuperação subsequente de montantes previamente provisionados são creditados contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil na conta de provisão são reconhecidas no resultado.

Desreconhecimento de Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expira, ou transfere substancialmente o ativo financeiro e todos os riscos e benefícios da posse do ativo a outra entidade. Se o Grupo não transfere ou detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece seu direito no ativo e registra uma provisão para valores a pagar. Se o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios da posse de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e igualmente reconhece um empréstimo para os rendimentos recebidos.

2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como “valor justo reconhecido no resultado” e “outros passivos financeiros”.

Passivos financeiros são classificados como “valor justo reconhecido no resultado” quando o passivo financeiro é devido para negociação ou quando é designado como valor justo reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido de custos de transação.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo das amortizações efetuadas, utilizando a taxa de juros efetiva, com os juros provenientes desses passivos reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

O resultado do método dos juros é um método de cálculo do custo amortizado de um passivo financeiro e de alocação da despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos futuros estimados de caixa desde a expectativa de vida do passivo financeiro, ou (quando apropriado) um período mais curto, até o montante reconhecido inicialmente.

Não há passivos financeiros classificados como “valor justo reconhecido no resultado”.

Outros Passivos financeiros

- Empréstimos: Empréstimos bancários, financiamentos e arrendamento mercantil são registrados pelos valores captados, líquidos dos custos diretos de captação dos recursos. Encargos financeiros, incluindo o prêmio a pagar na quitação ou resgate e custos diretos de captação, são reconhecidos no resultado pelo regime de

competência utilizando-se o método de juros efetivos e são acrescidos ao valor contábil dos instrumentos na medida em que não são quitados no exercício no qual são levantados.

- Contas a Pagar: Contas a pagar e outros valores a pagar estão mensurados pelo valor justo líquido do custo líquido da transação.

Desreconhecimento de Passivos financeiros

O Grupo para de reconhecer seus passivos financeiros quando e, somente quando as obrigações são eliminadas, canceladas ou expirarem.

Derivativos

Derivativos: O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a variações no câmbio e nos juros. Os derivativos são mensurados ao seu valor justo em cada data do balanço. O Grupo não possui *hedge accounting* e, portanto, os ganhos e as perdas oriundos de variações no valor justo são registrados no resultado do período como receita financeira ou despesa financeira. O Grupo não possui contratos de derivativos no período apresentado.

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou em outros contratos, quando não estão estritamente relacionados ao contrato principal, são tratados separadamente no que tange aos seus riscos, características e prazos. O Grupo não possui derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros no período apresentado.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, e é provável que ao Grupo seja requerido honrar tal obrigação e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação.

O montante reconhecido como provisão é mensurado pela melhor estimativa quanto ao montante necessário para liquidar a obrigação ao final do período de reporte, levando em conta os riscos e incertezas ao redor da obrigação.

Quando espera-se obter de uma terceira parte alguns ou todos os benefícios econômicos de uma provisão em acordo, um recebível é reconhecido como um ativo se é virtualmente certo que o reembolso seja recebido, sendo o montante avaliado confiavelmente.

Contratos de construção

Quando a conclusão de um contrato de construção pode ser estimada de forma confiável, a receita e o custo são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física ao final do período de reporte. Avaliação baseada na proporção dos custos incorridos para trabalhos executados até a data, relativos ao custo total estimado do contrato, exceto onde isto não seria representativo do estágio de conclusão. Os aditivos de contrato, reclamações e pagamentos de incentivos são considerados desde acordado com o cliente e consequentemente considerados como prováveis.

Quando o resultado do contrato de construção não pode ser estimado com confiança, a receita é reconhecida na medida em que os custos são incorridos e desde que seja provável a sua realização. Os custos contratuais são reconhecidos como despesas do exercício no qual são incorridos.

Quando é provável que o total de custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado.

Pagamento baseado em ações

De acordo com o IFRS 2 (Share Based Payments), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em caixa, um passivo é reconhecido pelos bens ou serviços adquiridos, mensurados inicialmente pelo valor justo do passivo.

A entidade remensurará o valor justo do passivo no final de cada período de relatório e na data da liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo do período.

O valor justo é medido por meio de um modelo binomial. O valor justo calculado através do modelo foi ajustado baseado na melhor estimativa administrativa para efeitos de considerações comportamentais.

Receita

As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo e representam os valores a receber ou recebidos pela venda de bens e prestação de serviços no curso normal das operações do Grupo, líquidas de descontos comerciais e tributos sobre as vendas. Nas operações em que o Grupo atua exclusivamente como agente, os valores faturados aos clientes são líquidos dos custos reembolsáveis relevantes.

As vendas dos serviços são reconhecidas quando o trabalho contratado foi executado de acordo com os termos do contratante.

As receitas oriundas da construção de embarcações são reconhecidas, proporcionalmente à etapa de construção do contrato, de acordo com a política contábil do Grupo sobre contratos de construção, conforme descrito anteriormente.

A receita de juros é reconhecida quando é provável que haja benefícios econômicos para o Grupo e o montante desta receita pode ser mensurado confiavelmente. A receita de juros é reconhecida por competência, tendo por referência o principal aplicado e a taxa efetiva de juros aplicável, ou seja, a taxa de desconto do fluxo de caixa futuro aplicada aos rendimentos estimados ao longo do prazo esperado para a aplicação resultará no valor contábil da aplicação.

Os dividendos oriundos dos investimentos do Grupo são reconhecidos quando os direitos dos acionistas de receber tais dividendos são estabelecidos.

Lucro operacional

Corresponde ao lucro antes do resultado de equivalência patrimonial e das receitas e despesas financeiras.

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros se for determinada, nos termos dos contratos de arrendamento, a transferência substancial, para o Grupo, de todos os riscos e benefícios sobre o bem financiado. Todos os outros tipos de arrendamentos mercantis são classificados como operacionais.

O Grupo como arrendatário:

Os ativos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos do Grupo ao seu valor justo na data de início do arrendamento ou pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento, dos dois o menor. A obrigação com o arrendador é reconhecida no balanço patrimonial como Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são segregados entre encargos financeiros e abatimento da respectiva obrigação, dessa forma atingindo uma taxa de juros constante sobre a obrigação remanescente. Os encargos financeiros são reconhecidos imediatamente no resultado, a não ser que sejam diretamente atribuídos à ativos qualificáveis, sendo, neste caso, capitalizados.

As obrigações oriundas de arrendamentos operacionais são reconhecidas como despesa no resultado dos exercícios, linearmente com base nos termos do contrato de arrendamento.

Estimativas contábeis e principais premissas para estimar incertezas

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pelo Grupo, descritas anteriormente, a Administração adotou julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revisadas em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada caso essa revisão afeta somente este período, ou afeta o período da revisão e períodos futuros, caso a revisão afete períodos corrente e futuros.

1. Provisões para contingências legais

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo está exposto ao risco de ser acionado judicialmente. As provisões para ações judiciais são estimadas pela Administração do Grupo em conjunto com seus consultores legais, considerando o provável desfecho da respectiva contingência em desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para o Grupo. Para ações judiciais de natureza trabalhista, a provisão é estimada com base na experiência histórica e com o melhor conhecimento que Administração tem sobre fatos e circunstâncias relevantes.

2. Recuperabilidade do ágio

A determinação da recuperabilidade do ágio requer a estimativa do valor em uso das unidades de geração de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso requer que a administração da entidade estime o fluxo de caixa futuro esperado a resultar da unidade de geração de caixa, bem como uma taxa de desconto apropriada para o cálculo do valor presente líquido.

O valor do ágio ao final do período reportado era de US\$15,6 milhões (R\$26,0 milhões) (2009: US\$15,6 milhões (R\$27,2 milhões)). Os detalhes do cálculo da provisão para recuperabilidade do ágio são discutidos na Nota 9. Não há provisão para recuperabilidade do ágio para o período reportado.

3. Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 25, o Grupo pode realizar operações com derivativos objetivando gerenciar o risco de variação cambial. Para os instrumentos financeiros derivativos, as premissas são elaboradas com base na cotação de mercado ajustadas pelas características específicas desses instrumentos. Outros instrumentos financeiros são valorizados a partir da análise do fluxo de caixa descontado baseado em premissas suportáveis, sempre que possível, pelos preços e taxas de mercado. O Grupo não possui derivativos para os períodos apresentados.

4. Pagamento baseado em ações liquidadas em caixa

O valor justo do plano de incentivo de longo prazo é determinado utilizando-se o modelo binomial. As premissas utilizadas no cálculo do valor justo são: expectativa de volatilidade; expectativa de vida; taxa de risco livre e rendimento esperado dos dividendos. A expectativa de volatilidade é determinada calculando-se a volatilidade histórica do preço das ações do Grupo. A expectativa de vida usada no modelo foi ajustada conforme a melhor estimativa da administração, para o exercício das considerações comportamentais. A expectativa de rendimento esperado dos dividendos é baseada na política de dividendos do Grupo. Na determinação da taxa de risco livre o Grupo utiliza como taxa de juros títulos do governo (cupom zero) moeda a qual o preço de exercício é determinado. O Grupo utiliza como taxa de baixa a melhor estimativa da administração do percentual dos prêmios que serão baixados com base na proporção aos prêmios esperados pelos detentores que deixarão o Grupo.

Qualquer mudança nessas premissas impactará o valor provisionado do plano de incentivo de longo prazo.

5. Vida útil do imobilizado

A despesa de depreciação é apropriada com base no valor de custo, exceto para terrenos e imobilizados em construção, com base na vida útil e utilizando método linear de depreciação. A estimativa de vida útil é determinada com base em experiências anteriores e melhores práticas da administração e são revisadas anualmente.

Adoção de Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS) novas e revisadas:

1. Normas e Interpretações que afetam o montante reportado no período corrente e/ou em períodos anteriores

No ano em curso, a Companhia adotou as seguintes normas novas e revisadas e que influenciaram o montante reportado nestas demonstrações financeiras. Detalhes das Normas e Interpretações adotadas nestas demonstrações financeiras, mas que não afetaram o montante reportado estão dispostos a seguir.

Normas e Interpretações novas e revisadas que afetam a apresentação e divulgação

Aditamento IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2010)

O aditamento relativo ao IAS 1 determina que a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes poderia ser apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou em uma demonstração própria separadamente. O Grupo aplicou o aditamento antecipadamente (data de efetividade e transição do aditamento: períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011). O aditamento foi aplicado retrospectivamente.

Aditamento IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2009)

O aditamento realtivo ao IAS 1 esclarece que a liquidação potencial de um passivo através da emissão de ações não é relevante para a sua classificação como circulante ou não circulante.

Aditamento ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações (como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2010)

O aditamento deste pronunciamento determina aberturas quantitativas nas notas explicativas dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e, também, encoraja a abertura de suas respectivas narrativas caso esse risco não esteja explícito na apresentação quantitativa. As exigências de apresentação do risco de crédito, incluindo garantias tomadas, são apresentadas e reduzidas, com o valor de custo dos ativos que deveriam estar vencidos ou desvalorizados, a não ser que tenham sido renegociados, não sendo mais necessária esta apresentação.

IAS 27 (revisado em 2008) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A Norma revista afeta políticas contábeis relativas a mudanças em participações em subsidiárias que não resultam em perda de controle. Em anos anteriores, na ausência dos requisitos específicos contidos nos pronunciamentos IFRS, os aumentos de participações em subsidiárias existentes eram tratados da mesma maneira como aquisição de subsidiárias, com ágio ou como reconhecimento do ganho na compra, quando apropriado; para a diminuição de participação de subsidiárias existentes, que não implicavam em perda de controle, a diferença entre a remuneração recebida e o ajuste da participação dos não-controladores era reconhecida como lucro ou prejuízo.

Segundo o IAS 27 (2008), todos os aumentos ou diminuições são tratados como patrimônio líquido, sem impacto sobre o ágio ou lucros ou prejuízos.

A baixa parcial de um investimento em uma subsidiária que resulte em perda de controle determina a reavaliação da participação residual ao valor justo. Qualquer diferença entre o valor justo e o valor contábil corresponde a um ganho ou perda sobre a baixa, registrado no resultado.

As mudanças nas políticas contábeis foram aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010.

Aditamentos IFRS 2 Pagamento baseado em ações

Os aditamentos relativos ao IFRS 2, definem a contabilização de transações em que uma entidade recebe ou adquire bens ou serviços pela entrega de seus instrumentos patrimoniais ou incorra em passivos cujos valores são baseados no preço das suas ações ou outros instrumentos patrimoniais.

Normas e Interpretações novas e revisadas adotadas e sem efeito nas demonstrações financeiras

Aditamento IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Isenções adicionais para adotantes pela primeira vez

Os aditamentos prevêm duas isenções quando da adoção do IFRS pela primeira vez, relativas aos ativos de petróleo e gás, e a determinação de quando um acordo contém uma locação.

IFRS 3 (revisado em 2008) Combinação de Negócios

O IFRS 3 (2008) foi aplicado no ano em curso prospectivamente à combinação de negócios, cuja data de aquisição está em ou após 1º de janeiro de 2010, em conformidade com as disposições transitórias. Sua adoção afeta a contabilização da combinação de negócios no ano corrente.

Impacto da aplicação do IFRS 3 (2008):

- IFRS 3 (2008) apresenta a opção de mensurar a participação de não controladores pelo valor justo ou pelo valor justo da participação proporcional na data de aquisição, por meio dos ativos líquidos identificados pelo adquirente.
- IFRS 3 (2008) muda o reconhecimento e subseqüentes exigências contábeis para os saldos contingenciais. A atualização trata que as alterações nas estimativas das contingências não mais serão contabilizadas como ajuste no custo original da combinação de negócios, e sim contabilizadas no Resultado. Essa revisão explica que a alteração será aplicada de maneira prospectiva, de forma que as alterações nas estimativas contingenciais de combinações de negócios iniciadas antes da adoção do IFRS 3 (2008) deverão ser alocadas como custo original da combinação de negócios.

- IFRS 3 (2008) exige o reconhecimento de um ganho ou perda de resolução quando a combinação de negócios em vigor estabelece uma relação pré-existente entre o Grupo e a adquirida.
- IFRS 3 (2008) os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício, quando anteriormente eram contabilizados como parte do custo de aquisição.

Como parte das melhorias dos pronunciamentos IFRS, emitidos em 2010, o IFRS 3 (2008) foi alterado para esclarecer que a participação dos não-controladores poderá ser mensurada pelo seu valor justo na data da aquisição ou pela aplicação do seu percentual de participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Além disso, como parte das melhorias dos pronunciamentos IFRS, emitidos em 2010, o IFRS 3 (2008) foi alterado para dar mais orientações sobre a contabilização de concessões de pagamentos baseados em ações realizados pelos funcionários do adquirente. Especificamente, as alterações descrevem que as operações de pagamentos baseados em ações da adquirida que não são substituídos em uma combinação de negócios devem ser medidas de acordo com o IFRS 2, na data da aquisição (“medida baseada no mercado”).

Aditamentos IFRS 5 Ativos não Circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (como parte das melhorias de IFRS, emitidas em 2009)

Os aditamentos confirmam que o IFRS 5 requer divulgações com relação aos ativos não circulantes (ou grupos de alienação) classificados como mantidos para venda ou operações descontinuadas. Consequentemente, as divulgações em outros IFRSs não se aplicam a esses ativos (ou grupo de alienações), (i) a menos que esses IFRSs exijam divulgações especificamente, ou (ii) as divulgações estejam relacionadas à mensuração de ativos ou passivos de um grupo de alienação que estejam fora do escopo das exigências de mensuração da norma.

Aditamentos IFRS 5 Ativos não Circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (como parte das melhorias de IFRS, emitidas em 2008)

As alterações de 2008 exigem que os ativos e passivos de uma subsidiária sejam classificados como mantidos para venda se a controladora estiver comprometida com um plano que envolve perda de controle da subsidiária, não importando se a entidade irá reter uma participação não controladora após a venda.

Aditamentos IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis como objeto de hedge

As alterações prestam esclarecimentos sobre dois aspectos de hedge accounting: a identificação da inflação como hedge de risco e contratos de opção.

Aditamento IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa (como parte do aperfeiçoamento dos pronunciamentos em IFRS introduzidos em 2009)

Os aditamentos introduzidos em 2009 especificam que apenas gastos que resultarem em um ativo registrado na demonstração da posição financeira podem ser classificados como atividades de investimento.

IAS 28 (revisado em 2008) Investimentos em Coligadas

Muitos dos procedimentos adequados para aplicação do método de equivalência patrimonial são similares aos procedimentos de consolidação descritos na IAS 27. Portanto, na perda de influência significativa sobre uma associada, o investidor mensurará ao valor justo qualquer investimento que mantiver na antiga coligada, com o consequente reconhecimento do ganho ou perda em lucros ou prejuízos acumulados. Como parte das melhorias no IFRS, emitido em 2010, o IAS 28 (2008), foi alterado para esclarecer que as alterações do IAS 28 sobre as operações em que o investidor perde influência significativa sobre uma associada devem ser aplicadas prospectivamente. O Grupo aplicou os aditamentos do IAS 28 (2008) como parte das melhorias no IFRS, emitido em 2010, antes da sua data de vigência (os períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010).

IFRIC 17 Distribuições de Ativos não Monetários aos Acionistas

Essa interpretação dispõe sobre o tratamento contábil quando uma entidade distribui ativos, exceto caixa, como dividendos para seus acionistas.

IFRIC 18 Transferências de Ativos de Clientes

A interpretação trata das circunstâncias em que uma entidade recebe de um cliente um item do imobilizado que ela deve então usar para conectar o cliente a uma rede ou fornecer ao cliente acesso permanente ao fornecimento de bens e serviços. O IFRIC 18 fornece orientações sobre quando a entidade que recebe o ativo deve reconhecer tais ativos nas suas demonstrações financeiras. Quando o reconhecimento for apropriado, o custo considerado do ativo é o valor justo na data da transferência. A interpretação também fornece orientações sobre o modelo de reconhecimento de receitas provenientes da transferência do ativo.

Melhorias às IFRS, emitidas em 2009

Exceto pelos aditamentos do IAS 1, IAS 27, IFRS 2 e IFRS 7, a aplicação das melhorias às IFRS, emitidas em 2009, não teve qualquer efeito significativo sobre o montante reportado nas demonstrações financeiras consolidadas.

2. Normas e Interpretações novas e revisadas em discussão e ainda não adotadas

O Grupo ainda não aplicou as seguintes normas e interpretações IFRS novas e revisadas, que estão sendo discutidas, mas que ainda não entraram em vigor:

Aditamento IFRS 1	Isenção comparativa limitada das divulgações comparativas do IFRS 7 ¹
Aditamento IFRS 1	Substituição de “datas fixas”, para certas exceções, pela “data da transação” para IFRS ²
Aditamento IFRS 1	Isenção para hiper-inflação severa e remoção das datas fixas ²
Aditamento IFRS 7	Divulgações – Transferências de ativos financeiros ²
IFRS 9 (conforme aditamento em 2010)	Instrumentos Financeiros ³
IAS 24 (revisado em 2009)	Divulgações de Partes Relacionadas ⁴
Aditamento IAS 32	Classificação das Emissões de Direitos ⁵
Aditamento IAS 12	Tributos sobre a Renda – alteração do escopo (Recuperação de Ativos) ⁶
Aditamento IFRIC 14	Exigências mínimas de um financiamento ⁴
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais ¹

1 Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2010

2 Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2011

3 Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013

4 Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011

5 Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010

6 Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012

7 Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2010 e 1º de janeiro de 2011, quando apropriado

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009 e adotado em outubro de 2010, estabelece novas exigências de classificação e mensuração de ativos financeiros.

- IFRS 9 exige que todos os ativos financeiros (atualmente no escopo do IAS 39) sejam mensurados pelo custo amortizado ou valor justo. Especialmente, um instrumento de dívida que seja detido sob um modelo de negócios, cujo objetivo seja coletar os fluxos de caixa contratuais e tenha fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos e juros sobre o principal em aberto, deve ser mensurado e amortizado pelo custo, a menos que seja designado pelo valor justo no resultado. Todos os demais instrumentos de dívida devem ser mensurados pelo valor justo no resultado.

- O efeito mais significativo do IFRS 9 a respeito da classificação e mensuração dos passivos financeiros refere-se à contabilização de alterações no valor justo de um passivo financeiro atribuível a alterações no risco de crédito. Especificamente, no IFRS 9, todas as alterações no valor justo dos passivos financeiros são reconhecidas no resultado, diferentemente do IAS 39, onde a variação no valor justo dos ativos disponíveis para venda é reconhecida no Patrimônio Líquido, sendo posteriormente reciclada para o resultado do período.

O IFRS 9 entra em vigor para exercícios fiscais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo permitida a adoção antecipada.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas (revisado em 2009), simplificam as exigências para entidades relacionadas ao governo e esclarecem a definição de uma parte relacionada

As isenções de divulgação introduzidas no IAS 24 (revisado em 2009) não afetam o Grupo, porque este não é uma entidade relacionada ao governo. No entanto, as divulgações relativas às operações com partes relacionadas e os saldos nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser afetados quando a versão revisada da norma for aplicada em exercícios futuros, porque algumas contrapartes que não satisfaziam a definição de uma parte relacionada pode vir a ser no âmbito da norma.

Aditamentos IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação sobre Classificação das Emissões de Direitos

A alteração introduzida permite que certas emissões de direitos denominadas em moeda estrangeira sejam classificadas como capital próprio ou passivo financeiro. Até a data, o Grupo não precisou aplicar estas alterações.

IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais

O IFRIC 19 fornece orientações sobre a emissão de instrumentos patrimoniais para extinguir um passivo financeiro. Uma entidade pode mensurar os instrumentos patrimoniais emitidos como extinção do passivo financeiro pelo seu valor justo na data da extinção. Qualquer diferença entre o valor contábil do passivo extinto e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos deve ser reconhecido no resultado. Até a data, o Grupo não possui operações desta natureza.

3. INFORMAÇÕES DOS SEGMENTOS

Adoção do IFRS 8 – Segmentos operacionais

O Grupo adotou o IFRS 8 Segmentos Operacionais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. IFRS 8 requer a identificação dos segmentos operacionais na base das demonstrações internas sobre os componentes do Grupo que são regularmente revistos pelo dirigente formador de opinião operacional, a fim de alocar recursos aos segmentos e verificar suas performances. Em contraste, a norma anterior (IAS 14 Reporte dos Segmentos) exigia que a entidade identificasse dois grupos de segmentos (por negócio e geográfico), utilizando uma aproximação entre risco e retorno, com o “sistema financeiro interno de reporte para administradores chaves” de cada entidade, servindo apenas como ponto de partida para identificação desses segmentos.

Segmentos reportáveis

Quanto aos objetivos da Administração, atualmente, o Grupo é organizado em seis segmentos reportáveis: rebocagem, terminais portuários, agenciamento marítimo, offshore, logística e estaleiro. Estas divisões são reportadas ao dirigente formador de opinião operacional do Grupo com o propósito de alocação de recursos e avaliação da performance de cada segmento.

As informações de segmento quanto a esses negócios estão apresentadas a seguir:

	2010								
	Serviços de rebocagem US\$	Terminais portuários US\$	Agenciamento marítimo US\$	Offshore US\$	Logística US\$	Estaleiro US\$	Atividades não segmentadas US\$	Eliminação US\$	Consolidado US\$
Receita	156.179	228.001	17.620	28.034	102.448	115.913	-	(72.644)	575.551
Resultado operacional	39.967	62.746	640	6.504	6.041	16.761	(43.366)	(10.807)	78.486
Despesas financeiras	(3.997)	(1.730)	(9)	(3.125)	(2.885)	(71)	-	3	(11.814)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	<u>35.970</u>	<u>61.016</u>	<u>631</u>	<u>3.379</u>	<u>3.156</u>	<u>16.690</u>	<u>(43.366)</u>	<u>(10.804)</u>	<u>66.672</u>
Receitas financeiras									13.940
Ganho de capital na transação da joint venture									<u>20.407</u>
Resultado antes dos impostos									<u>101.019</u>
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(36.180)	(52.657)	(727)	(39.183)	(28.714)	(7.215)	(2.063)	-	(166.739)
Depreciação e amortização	(13.479)	(13.536)	(173)	(6.614)	(7.090)	(134)	(1.895)	-	(42.921)
Balanco patrimonial:									
Ativo por segmento	<u>203.479</u>	<u>295.008</u>	<u>7.405</u>	<u>156.040</u>	<u>79.496</u>	<u>81.928</u>	<u>115.413</u>	-	<u>938.769</u>
Passivo por segmento	<u>(113.419)</u>	<u>(118.798)</u>	<u>(6.686)</u>	<u>(133.041)</u>	<u>(61.947)</u>	<u>(33.428)</u>	<u>(6.408)</u>	-	<u>(473.727)</u>

	2009								
	Serviços de rebocagem	Terminais portuários	Agenciamento marítimo	Offshore	Logística	Estaleiro	Atividades não segmentadas	Eliminação	Consolidado
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Receita	145.707	175.408	15.204	38.144	75.788	110.445	212	(83.020)	477.888
Resultado operacional	52.050	46.562	2.171	13.711	3.311	22.226	(31.276)	(12.455)	96.300
Despesas financeiras	(3.418)	(553)	(92)	(2.903)	(1.333)	(124)	(1.132)	-	(9.555)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	<u>48.632</u>	<u>46.009</u>	<u>2.079</u>	<u>10.808</u>	<u>1.978</u>	<u>22.102</u>	<u>(32.408)</u>	<u>(12.455)</u>	<u>86.745</u>
Receitas financeiras									34.343
Resultado antes dos impostos									121.088
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(67.877)	(31.978)	(169)	(33.331)	(14.944)	(1.254)	-	-	(149.553)
Depreciação e amortização	(9.261)	(11.721)	(162)	(5.478)	(3.742)	(99)	(1.602)	-	(32.065)
Balanco patrimonial									
Ativo por segmento	168.156	227.992	5.027	129.500	43.451	83.811	150.250	-	808.187
Passivo por segmento	(117.780)	(71.149)	(5.541)	(147.114)	(27.968)	(5.436)	(9.720)	-	(384.708)

	2010								
	Serviços de rebocagem	Terminais portuários	Agenciamento marítimo	Offshore	Logística	Estaleiro	Atividades não segmentadas	Eliminação	Consolidado
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Receita	260.225	379.895	29.358	46.710	170.699	193.134	-	(121.039)	958.982
Resultado operacional	66.592	104.546	1.066	10.837	10.066	27.927	(72.254)	(18.007)	130.773
Despesas financeiras	(6.659)	(2.883)	(15)	(5.207)	(4.807)	(118)	-	5	(19.684)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	<u>59.933</u>	<u>101.663</u>	<u>1.051</u>	<u>5.630</u>	<u>5.259</u>	<u>27.809</u>	<u>(72.254)</u>	<u>(18.002)</u>	<u>111.089</u>
Receitas financeiras									23.227
Ganho de capital na transação da joint venture									34.002
Resultado antes dos impostos									<u>168.318</u>
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(60.284)	(87.737)	(1.211)	(65.287)	(47.843)	(12.022)	(3.437)	-	(277.821)
Depreciação e amortização	(22.460)	(22.554)	(288)	(11.020)	(11.813)	(223)	(3.157)	-	(71.515)
Balanco patrimonial:									
Ativo por segmento	339.038	491.542	12.338	259.994	132.456	136.508	192.301	-	1.564.177
Passivo por segmento	(188.978)	(197.941)	(11.140)	(221.673)	(103.216)	(55.698)	(10.677)	-	(789.323)

	2009								
	Serviços de rebocagem	Terminais portuários	Agenciamento marítimo	Offshore	Logística	Estaleiro	Atividades não segmentadas	Eliminação	Consolidado
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Receita	253.705	305.420	26.473	66.416	131.962	192.306	370	(144.554)	832.098
Resultado operacional	90.629	81.074	3.780	23.874	5.765	38.699	(54.458)	(21.686)	167.677
Despesas financeiras	(5.951)	(963)	(160)	(5.055)	(2.321)	(217)	(1.970)	-	(16.637)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	<u>84.678</u>	<u>80.111</u>	<u>3.620</u>	<u>18.819</u>	<u>3.444</u>	<u>38.482</u>	<u>(56.428)</u>	<u>(21.686)</u>	<u>151.040</u>
Receitas financeiras									59.798
Resultado antes dos impostos									<u>210.838</u>
Outras informações									
Aquisição de imobilizado	(118.187)	(55.680)	(294)	(58.036)	(26.020)	(2.185)	-	-	(260.402)
Depreciação e amortização	(16.125)	(20.409)	(282)	(9.538)	(6.516)	(172)	(2.790)	-	(55.832)
Balanco patrimonial									
Ativo por segmento	292.793	396.979	8.753	225.485	75.657	145.933	261.615	-	1.407.215
Passivo por segmento	(205.080)	(123.885)	(9.648)	(256.155)	(48.698)	(9.462)	(16.925)	-	(669.853)

Despesas financeiras de empréstimos utilizados para financiar ativos fixos foram alocadas nos segmentos reportados de origem.

Receitas financeiras de contas bancárias pertencentes a segmentos operacionais brasileiros, incluindo a variação cambial, não foram alocados nos segmentos de negócios, já que o gerenciamento financeiro é centralizado pela administração. Despesas administrativas são apresentadas como atividades não segmentadas.

Informação Geográfica

As operações do Grupo estão, principalmente, localizadas no Brasil. A receita do Grupo é proveniente de caixa e equivalentes de caixa investidos em Bermuda e no Brasil, e incorrem despesas de suas atividades neste último país.

4. RECEITAS

O quadro seguinte apresenta as receitas do Grupo anuais de suas operações (excluindo receitas financeiras – Nota 7):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Prestação de serviços	536.258	455.801	893.511	793.641
Construção de embarcações	<u>39.293</u>	<u>22.087</u>	<u>65.471</u>	<u>38.457</u>
Total	<u>575.551</u>	<u>477.888</u>	<u>958.982</u>	<u>832.098</u>

5. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Salários e benefícios	146.301	111.759	243.766	194.594
Encargos sociais	38.376	27.318	63.942	47.566
Custos com previdência privada	855	585	1.425	1.019
Plano de incentivo de longo prazo (Nota 20)	<u>13.204</u>	<u>9.424</u>	<u>22.001</u>	<u>16.409</u>
Total	<u>198.736</u>	<u>149.086</u>	<u>331.134</u>	<u>259.588</u>

O Grupo possui planos de previdência privada (contribuição definida) para aposentadoria de todos os funcionários elegíveis de seus negócios no Brasil. As contribuições do Grupo são especificadas de acordo com as regras do plano. Os ativos do plano de aposentadoria são mantidos em separado dos outros ativos do Grupo, sob o controle de administradores independentes.

6. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Custo de Serviço	64.365	54.233	107.245	94.430
Aluguel de rebocadores	26.243	25.830	43.726	44.975
Fretes	19.954	20.619	33.247	35.902
Outros aluguéis	24.448	17.765	40.735	30.932
Energia, água e comunicação	14.773	12.246	24.616	21.323
Movimentação de contêiner	12.307	10.394	20.506	18.098
Seguros	7.328	5.618	12.210	9.782
Manutenção	4.189	5.088	6.979	8.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(375)	(1.569)	(625)	(2.731)
Outras despesas	<u>15.044</u>	<u>1.113</u>	<u>25.066</u>	<u>1.938</u>
Total	<u>188.276</u>	<u>151.337</u>	<u>313.705</u>	<u>263.508</u>

7. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Juros de aplicações	8.467	6.874	14.107	11.969
Ganhos de câmbio em aplicações	3.794	24.031	6.322	41.843
Receitas de juros	<u>1.679</u>	<u>3.438</u>	<u>2.798</u>	<u>5.986</u>
Total das receitas financeiras	<u>13.940</u>	<u>34.343</u>	<u>23.227</u>	<u>59.798</u>
Juros de empréstimos e financiamentos	(9.557)	(7.724)	(15.924)	(13.449)
Variação cambial sobre empréstimos	227	2.098	378	3.653
Juros de arrendamento mercantil financeiro	<u>(1.848)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(3.079)</u>	<u>(2.183)</u>
Total de despesas financeiras sobre empréstimos	(11.178)	(6.880)	(18.625)	(11.979)
Outros juros	<u>(636)</u>	<u>(2.675)</u>	<u>(1.059)</u>	<u>(4.658)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(11.814)</u>	<u>(9.555)</u>	<u>(19.684)</u>	<u>(16.637)</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Imposto de renda reconhecido como lucro ou prejuízo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Corrente</u>				
Impostos no Brasil				
Imposto de renda	22.709	31.402	37.838	54.677
Contribuição social	<u>8.480</u>	<u>12.022</u>	<u>14.130</u>	<u>20.933</u>
Total impostos correntes no Brasil	<u>31.189</u>	<u>43.424</u>	<u>51.968</u>	<u>75.610</u>
<u>Impostos diferido</u>				
Imposto diferido total	<u>(675)</u>	<u>(12.320)</u>	<u>(1.125)</u>	<u>(21.452)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	<u>30.514</u>	<u>31.104</u>	<u>50.843</u>	<u>54.158</u>

O imposto de renda das empresas brasileiras é calculado como 25% do lucro tributável apurado no período. A contribuição social é calculada como 9% do lucro tributável apurado no período.

A movimentação do período pode ser reconciliada com o lucro na demonstração do resultado do período, como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Resultado antes dos impostos	101.019	121.088	168.318	210.837
Imposto conforme a alíquota nominal 34%	34.347	41.170	57.228	71.685
Efeito das diferenças cambiais nos itens não monetários	(13.295)	(28.550)	(22.152)	(49.711)
Reversão da variação cambial nos empréstimos e financiamentos em dólar norte-americano	3.941	16.540	6.566	28.800
Efeito das diferentes alíquotas de imposto em outras jurisdições	5.409	2.844	9.012	4.953
Outros	<u>112</u>	<u>(900)</u>	<u>189</u>	<u>(1.569)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	<u>30.514</u>	<u>31.104</u>	<u>50.843</u>	<u>54.158</u>
Alíquota efetiva no período	<u>30%</u>	<u>26%</u>	<u>30%</u>	<u>26%</u>

A alíquota utilizada para o imposto sobre lucro em atividades ordinárias é composto do imposto de renda e contribuição Social com a alíquota padrão de 34% no Brasil. Este percentual de tributação foi utilizado para as reconciliações de 2010 e 2009.

9. ÁGIO

	<u>2010</u> <u>US\$</u>	<u>2009</u> <u>US\$</u>	<u>2010</u> <u>R\$</u>	<u>2009</u> <u>R\$</u>
Custo e valor contábil atribuídos ao:				
Tecon Rio Grande	13.132	13.132	21.881	22.865
Tecon Salvador	<u>2.480</u>	<u>2.480</u>	<u>4.132</u>	<u>4.319</u>
Total	<u>15.612</u>	<u>15.612</u>	<u>26.013</u>	<u>27.184</u>

Com o objetivo de testar o ágio e a necessidade de constituição de provisão para perda de recuperabilidade do ativo, o Grupo prepara projeções de fluxo de caixa para o Tecon Rio Grande e para o Tecon Salvador oriundos do orçamento financeiro recente para o próximo exercício e extrapola fluxos de caixa para a vida remanescente da concessão com base no crescimento anual estimado de 8% a 10% para o Tecon Rio Grande e 7% a 10% para o Tecon Salvador. Essa taxa não ultrapassa a taxa média de crescimento histórico de longo prazo nesse mercado de atuação. Após testar o ágio, conforme mencionado acima, nenhuma perda por prejuízo foi reconhecida para os períodos apresentados.

10. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>
Custo		
Em 1º de janeiro de 2009	3.238	7.567
Diferenças de câmbio	824	1.435
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>-</u>	<u>(1.929)</u>
Em 31 de dezembro de 2009	4.062	7.073
Adições	14.546	24.236
Diferenças de câmbio	606	1.009
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>-</u>	<u>(304)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	19.214	32.014
Amortização		
Em 1º de janeiro de 2009	1.439	3.363
Adições	149	259
Diferenças de câmbio	235	409
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>-</u>	<u>(857)</u>
Em 31 de dezembro de 2009	1.823	3.174
Adições	488	813
Diferenças de câmbio	62	103
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>-</u>	<u>(136)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	2.373	3.954
Saldo contábil		
31 de dezembro de 2010	<u>16.841</u>	<u>28.060</u>
31 de dezembro de 2009	<u>2.239</u>	<u>3.899</u>

Os ativos intangíveis resultaram (i) da aquisição da concessão do terminal de contêineres e carga pesada em Salvador, Tecon Salvador, em 2000; (ii) da compra dos 50% remanescentes do direito de exploração da Eadi Santo André (armazém alfandegado); e (iii) expansão da Ponta Norte, em 2010 (Tecon Salvador).

Tecon Salvador assinou em 2 de setembro, um termo aditivo ao contrato de arrendamento celebrado com a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA). O referido termo aditivo, contempla a ampliação da área denominada Ponta Norte, no Porto de Salvador, contígua ao Tecon Salvador. Foi pago à CODEBA uma parcela inicial de US\$ 14.5 milhões (R\$ 24.2 milhões) a título de *downpayment*, e, mensalmente, um preço calculado sobre a nova área arrendada e um preço por movimentação de containers e carga geral, os quais são consistentes com o contrato de arrendamento original.

Os ativos intangíveis são amortizados nos períodos remanescentes das concessões no momento da aquisição, que no caso do Tecon Salvador é de 25 anos, e para EADI Santo Andre é de 10 anos e para a Ponta Norte é de 15 anos (Tecon Salvador).

11. ATIVO IMOBILIZADO

	Terreno e construções	Embarcações	Veículos, máquinas e equipamentos	Imobilizado em construção	Total
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Custo ou valorização					
Em 1º de janeiro de 2009	86.709	228.200	101.666	19.651	436.226
Adições	23.265	3.737	27.172	95.379	149.553
Transferências	-	52.653	-	(52.653)	-
Diferenças de câmbio	8.700	-	14.032	-	22.732
Alienações	(6.230)	(472)	(584)	-	(7.286)
Em 31 de dezembro de 2009	112.444	284.118	142.286	62.377	601.225
Adições	30.959	6.908	64.175	64.697	166.739
Transferências	-	98.429	-	(98.429)	-
Diferenças de câmbio	2.112	-	4.701	-	6.813
Alienações	(485)	(574)	(3.151)	-	(4.210)
Net do imobilizado na transação da Joint Venture	(13)	(8.606)	(1.097)	(4.586)	(14.302)
Em 31 de dezembro de 2010	145.017	380.275	206.914	24.059	756.265
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2009	21.655	73.770	35.779	-	131.204
Débito no exercício	5.112	14.523	12.281	-	31.916
Diferenças de câmbio	1.572	-	4.561	-	6.133
Alienações	(6.157)	(165)	(584)	-	(6.906)
Em 31 de dezembro de 2009	22.182	88.128	52.037	-	162.347
Débito no exercício	5.695	19.806	16.932	-	42.433
Diferenças de câmbio	432	-	1.780	-	2.212
Alienações	(397)	(122)	(3.124)	-	(3.643)
Net do imobilizado na transação da Joint Venture	(4)	(7.639)	(273)	-	(7.916)
Em 31 de dezembro de 2010	27.908	100.173	67.352	-	195.433
31 de dezembro de 2010	<u>117.109</u>	<u>280.102</u>	<u>139.562</u>	<u>24.059</u>	<u>560.832</u>
31 de dezembro de 2009	<u>90.262</u>	<u>195.990</u>	<u>90.249</u>	<u>62.377</u>	<u>438.878</u>

	Terreno e construções	Embarcações	Veículos, máquinas e equipamentos	Imobilizado em construção	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Custo ou valorização					
Em 1º de janeiro de 2009	202.639	533.303	237.593	45.924	1.019.459
Adições	40.509	6.507	47.312	166.074	260.402
Transferências	-	91.679	-	(91.679)	-
Diferenças de câmbio	15.149	-	24.433	-	39.582
Alienações	(10.848)	(822)	(1.017)	-	(12.687)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>(51.662)</u>	<u>(135.961)</u>	<u>(60.573)</u>	<u>(11.707)</u>	<u>(259.903)</u>
Em 31 de dezembro de 2009	195.787	494.706	247.748	108.612	1.046.853
Adições	51.584	11.510	106.928	107.799	277.821
Transferências	-	164.003	-	(164.003)	-
Diferenças de câmbio	3.520	-	7.833	-	11.353
Alienações	(808)	(956)	(5.251)	-	(7.015)
Net do imobilizado na transação da Joint Venture	(22)	(14.340)	(1.829)	(7.641)	(23.832)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>(8.434)</u>	<u>(21.308)</u>	<u>(10.669)</u>	<u>(4.681)</u>	<u>(45.092)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	241.627	633.615	344.760	40.086	1.260.088
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2009	50.607	172.400	83.616	-	306.623
Débito no exercício	8.901	25.287	21.384	-	55.572
Diferenças de câmbio	2.737	-	7.942	-	10.679
Alienações	(10.721)	(287)	(1.017)	-	(12.025)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>(12.901)</u>	<u>(43.951)</u>	<u>(21.318)</u>	-	<u>(78.170)</u>
Em 31 de dezembro de 2009	38.623	153.449	90.607	-	282.679
Débito no exercício	9.488	33.002	28.212	-	70.702
Diferenças de câmbio	720	-	2.967	-	3.687
Alienações	(661)	(203)	(5.206)	-	(6.070)
Net do imobilizado na transação da Joint Venture	(6)	(12.728)	(455)	-	(13.189)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>(1.664)</u>	<u>(6.612)</u>	<u>(3.903)</u>	-	<u>(12.179)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	46.500	166.908	112.222	-	325.630
31 de dezembro de 2010	<u>195.127</u>	<u>466.707</u>	<u>232.538</u>	<u>40.086</u>	<u>934.458</u>
31 de dezembro de 2009	<u>157.164</u>	<u>341.257</u>	<u>157.141</u>	<u>108.612</u>	<u>764.174</u>

O valor de custo do grupo de veículos, máquinas e equipamentos inclui US\$24,9 milhões (R\$41,5 milhões) (2009: US\$23,0 milhões (R\$40,0 milhões)) adquiridos sob a forma de arrendamento mercantil financeiro.

Terrenos e construções com valor contábil líquido de US\$370 (R\$616) (2009: US\$385 (R\$670)) e rebocadores com valor contábil líquido de US\$2.587 (R\$4.310) (2009: S\$2.794 (R\$4.865)) foram dados como garantia em vários processos judiciais.

O Grupo tem ativos dados em garantia no valor contábil de aproximadamente US\$317.1 milhões (R\$528.4 milhões) (2009: US\$235.4 milhões (R\$409.9 milhões)) como garantia de empréstimos recebidos.

O montante de juros capitalizados em 2010 é US\$1.889 (R\$3.147) (2009: US\$728) (R\$1.268)), carregando taxa média de 3,83% (2009: 3,42%).

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo assinou compromissos contratuais para a aquisição e construção relacionados a ativos imobilizados no valor de US\$116,4 milhões (R\$194,0 milhões) (2009: US\$23,7 milhões (R\$41,2 milhões)). O montante refere-se, principalmente, às expansões do Tecon Salvador e Tecon Rio Grande e à construção do Estaleiro Guarujá II.

Com o início da Joint Venture com a Magallanes Navegação Brasileira, o imobilizado diminuiu em US\$16,8 milhões (R\$28,1 milhões), proporcional ao net do imobilizado transferido ao sócio na transação da joint venture.

12. ESTOQUES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Materiais operacionais	11.024	9.758	18.368	16.991
Materiais de contratos em construção (clientes externos)	<u>9.123</u>	<u>10.929</u>	<u>15.201</u>	<u>19.030</u>
Total	<u>20.147</u>	<u>20.687</u>	<u>33.569</u>	<u>36.021</u>

13. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Valor a receber da prestação de serviços	65.240	49.948	108.703	86.971
Provisão para devedores duvidosos	(1.320)	(1.637)	(2.200)	(2.850)
Impostos a recuperar	8.203	5.484	13.667	9.547
Adiantamentos e impostos antecipados	<u>62.838</u>	<u>51.704</u>	<u>104.701</u>	<u>90.027</u>
Total	<u>134.961</u>	<u>105.499</u>	<u>224.871</u>	<u>183.695</u>
Total ativo circulante	<u>128.561</u>	<u>105.499</u>	<u>214.206</u>	<u>183.695</u>
Total ativo não circulante	<u>6.400</u>	<u>-</u>	<u>10.665</u>	<u>-</u>

Contas a receber dispostas acima são classificadas como ativos financeiros avaliados a custo amortizado. O montante é classificado como ativo circulante.

O contas a receber de longo prazo refere-se aos impostos com maturidade superior a 365 dias, e refere-se, principalmente, à PIS, COFINS, ISS e INSS. Não há nenhuma evidência de *impairment* para este ativo.

O saldo de contas a receber de serviços segregados por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
A vencer	52.518	41.377	87.506	72.046
Vencidas:				
De 01 a 30 dias	7.351	5.051	12.248	8.796
De 31 a 90 dias	3.442	1.440	5.735	2.508
De 91 a 180 dias	609	443	1.014	771
Acima de 180 dias	<u>1.320</u>	<u>1.637</u>	<u>2.200</u>	<u>2.850</u>
Total	<u>65.240</u>	<u>49.948</u>	<u>108.703</u>	<u>86.971</u>

Para os créditos vencidos são cobrados, em média, juros de 1% e multa de 2%. O Grupo reconheceu uma provisão para devedores duvidosos de 100% contra os recebíveis acima de 180 dias, porque, baseado em experiências anteriores, estes recebíveis inadimplentes além de 180 dias não são reembolsáveis. A provisão para devedores duvidosos foi reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços e é estabelecida quando uma perda com base em previsões de montantes incobráveis, determinada por referência a experiência do passado inadimplente da contraparte e uma análise da atual situação financeira da contraparte.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>
Em 1º de janeiro de 2009	2.761	6.452
Valores baixados no ano	(4.177)	(7.272)
Aumento da provisão	2.423	4.220
Diferenças de câmbio	630	1.096
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>-</u>	<u>(1.646)</u>
Em 31 de dezembro de 2009	1.637	2.850
Valores baixados no ano	(2.288)	(3.812)
Aumento da provisão	1.910	3.182
Diferenças de câmbio	61	103
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	<u>-</u>	<u>(123)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.320</u>	<u>2.200</u>

A Administração acredita que não é necessária provisão adicional para devedores duvidosos.

O Grupo tem por rotina, revisar os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos são devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. Nesse processo, quando há a confirmação de pagamentos de impostos e/ou contribuições a maior, as devidas medidas são tomadas para a recuperação desses valores.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o Grupo recebeu resposta à consulta da Secretaria da Receita Federal - SRF confirmando a isenção de tributação de certas transações, cujos tributos estavam sendo recolhidos até aquela data. Essa resposta, permite que o Grupo recupere os valores pagos anteriormente, mediante a realização de certos procedimentos que atendam os requerimentos da legislação fiscal. O Grupo concluiu o processo no final de 2009.

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo, que são de grande liquidez e prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor.

Caixa e equivalentes de caixa denominados em dólares americanos representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários de grandes instituições financeiras. Caixa e equivalentes de caixa denominados em real representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários e letras do Tesouro brasileiro (principalmente LFT).

Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo compreendem investimentos com maturidade superiores a 90 dias, mas inferiores a 365 dias.

Segue abaixo a abertura do caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo:

	<u>2010</u> <u>US\$</u>	<u>2009</u> <u>US\$</u>	<u>2010</u> <u>R\$</u>	<u>2009</u> <u>R\$</u>
Denominados em dólares norte-americanos:				
Caixa e equivalentes de caixa	32.403	83.255	53.990	144.963
Investimentos de curto prazo	<u>36.729</u>	<u>-</u>	<u>61.198</u>	<u>-</u>
Total	69.132	83.255	115.188	144.963
Denominados em Reais:				
Caixa e equivalentes de caixa	85.769	94.881	142.908	165.207
Investimentos de curto prazo	<u>-</u>	<u>11.116</u>	<u>-</u>	<u>19.355</u>
Total	85.769	105.997	142.908	184.562
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>118.172</u>	<u>178.136</u>	<u>196.898</u>	<u>310.170</u>
Total investimentos de curto prazo	<u>36.729</u>	<u>11.116</u>	<u>61.198</u>	<u>19.355</u>

Fundos de investimento exclusivos

O Grupo possui investimentos no Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hydrus. Os investimentos são consolidados nas demonstrações financeiras. Esse fundo de investimentos exclusivos compreende certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem perda do rendimento incorrido, com vencimentos entre janeiro de 2011 até maio de 2013 e títulos públicos com vencimentos entre setembro de 2012 até setembro de 2015.

Aproximadamente 86,1% dos títulos incluídos na carteira do fundo de investimento exclusivo têm liquidez diária e são avaliados a valor justo com rendimentos refletidos no resultado. Esses fundos não possuem obrigações financeiras significativas, sendo estas limitadas às taxas de serviço pagas à instituição responsável pela administração dos ativos, custos de auditoria e outras despesas similares.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Taxa de Juros - %</u>	<u>2010</u> <u>US\$</u>	<u>2009</u> <u>US\$</u>	<u>2010</u> <u>R\$</u>	<u>2009</u> <u>R\$</u>
<u>Empréstimos sem garantias</u>					
Financiamento bancário	12.40% - 15.45% a.a.	<u>6.479</u>	<u>227</u>	<u>10.795</u>	<u>395</u>
Total Empréstimos sem garantia		<u>6.479</u>	<u>227</u>	<u>10.795</u>	<u>395</u>
<u>Empréstimos com garantias</u>					
BNDES FINAME R\$	4.50% - 14.00% a.a.	<u>26.789</u>	<u>5.089</u>	<u>44.636</u>	<u>8.861</u>
BNDES FMM US\$	2.64% - 5.00% a.a.	<u>198.192</u>	<u>230.563</u>	<u>330.228</u>	<u>401.456</u>
Total BNDES		<u>224.981</u>	<u>235.652</u>	<u>374.864</u>	<u>410.317</u>
IFC atrelado ao US\$	2.99% - 8.49% a.a.	<u>9.813</u>	<u>14.080</u>	<u>16.350</u>	<u>24.516</u>
IFC atrelado ao R\$	14,09% a.a.	<u>4.888</u>	<u>5.458</u>	<u>8.145</u>	<u>9.504</u>
Total IFC		<u>14.701</u>	<u>19.538</u>	<u>24.495</u>	<u>34.020</u>
Eximbank atrelado ao US\$	2.43% a.a.	<u>14.818</u>	<u>-</u>	<u>24.690</u>	<u>-</u>
Finimp atrelado ao US\$	2.12% - 2.27% a.a.	<u>4.051</u>	<u>-</u>	<u>6.749</u>	<u>-</u>
BB - FMM US\$	3.10% a.a.	<u>49.131</u>	<u>-</u>	<u>81.862</u>	<u>-</u>
Total Empréstimos Bancários		<u>307.682</u>	<u>255.190</u>	<u>512.660</u>	<u>444.337</u>
Total		<u>314.161</u>	<u>255.417</u>	<u>523.455</u>	<u>444.732</u>

Os empréstimos e financiamentos devem ser quitados como se segue:

	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
No primeiro ano	25.565	18.146	42.596	31.596
No segundo ano	26.194	20.545	43.644	35.773
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	82.187	60.166	136.941	104.761
Após cinco anos	<u>180.215</u>	<u>156.560</u>	<u>300.274</u>	<u>272.602</u>
Total	<u>314.161</u>	<u>255.417</u>	<u>523.455</u>	<u>444.732</u>
Total investimentos de curto prazo	<u>25.565</u>	<u>18.146</u>	<u>42.596</u>	<u>31.596</u>
Total exigível a longo prazo	<u>288.596</u>	<u>237.271</u>	<u>480.859</u>	<u>413.136</u>

Análise dos empréstimos por moeda:

	<u>Real</u>	<u>Real</u>	<u>Dólar</u>	<u>Total</u>	<u>Real</u>	<u>Real</u>	<u>Dólar</u>	<u>Total</u>
	<u>US\$</u>	<u>ao Dólar</u>	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>ao Dólar</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>31/12/2010</u>								
Empréstimos de contas correntes garantidas	6.479	-	-	6.479	10.795	-	-	10.795
Empréstimos bancários	<u>31.677</u>	<u>247.323</u>	<u>28.682</u>	<u>307.682</u>	<u>52.781</u>	<u>412.090</u>	<u>47.789</u>	<u>512.660</u>
Total	<u>38.156</u>	<u>247.323</u>	<u>28.682</u>	<u>314.161</u>	<u>63.576</u>	<u>412.090</u>	<u>47.789</u>	<u>523.455</u>
<u>31/12/2009</u>								
Empréstimos de contas correntes garantidas	227	-	-	227	395	-	-	395
Empréstimos bancários	<u>10.547</u>	<u>230.563</u>	<u>14.080</u>	<u>255.190</u>	<u>18.365</u>	<u>401.456</u>	<u>24.516</u>	<u>444.337</u>
Total	<u>10.774</u>	<u>230.563</u>	<u>14.080</u>	<u>255.417</u>	<u>18.760</u>	<u>401.456</u>	<u>24.516</u>	<u>444.732</u>

Os principais financiadores do grupo são:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), como agente do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), financia a construção de novos rebocadores e *platform supply vessels* (“PSV’s”). O valor do financiamento em aberto é de US\$198,2 milhões (R\$330,2 milhões) (2009: US\$230,6 milhões (R\$401,5 milhões)). O FINAME (“BNDES”) financia, principalmente, os equipamentos para as operações logísticas, US\$26,8 milhões (R\$44,6 milhões) (2009: US\$5,1 milhões (R\$8,9 milhões)). Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2010 devem ser quitados em períodos que variam até 21 anos. Os empréstimos denominados em Dólar norte-americano carregam taxas de juros fixas entre 2,64% e 5% a.a., enquanto em empréstimos denominados em Reais as taxas de juros estão entre 4,5% e 14% ao ano.

Banco do Brasil (“BB”), como agente do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), financia a construção de novos *platform supply vessels* (“PSV’s”). O valor do financiamento em aberto é de US\$49,1 milhões (R\$81,9 milhões). Este passivo foi gerado da “Joint Venture” Wilson, Sons Offshore e Magallanes Navegação Brasileira. Todos os contratos estão em período de carência e serão amortizados a partir de janeiro de 2012 e o prazo de liquidação da dívida é de cerca de 18 anos. Estes financiamentos são denominados em dólar norte-americano e carregam taxas de juros fixas de 3,1% a.a.

The International Finance Corporation (“IFC”), financia dois terminais portuários: Tecon Rio Grande e Tecon Salvador. O Grupo possui dois contratos com o IFC: um para Tecon Salvador e um para Tecon Rio Grande. Os valores em aberto em 31 de dezembro 2010 deverão ser quitados em períodos de até 6 anos. Estes empréstimos são denominados em Dólar norte-americano e parte em Reais. Um dos financiamentos em dólares carrega taxa de juros fixa de 8,49% ao ano, enquanto os demais carregam taxas variáveis denominadas pela Libor (semestral) mais *spread* variando de 2,5% a 3,5% ao ano. A parte denominada em reais carrega taxa de juros fixa em 14,09% ao ano.

O Export-Import Bank of China (“Eximbank”) financia os equipamentos do Tecon Rio Grande. Foi contratado um financiamento no valor de US\$16,66 milhões com desembolso inicial de US\$6,9 milhões em janeiro de 2010 e um segundo desembolso de US\$7,8 milhões em outubro de 2010. O prazo total é de 10 anos, incluindo carência de 2 anos. A amortização e o pagamento de juros são semestrais. O financiamento é denominado em Dólar norte-americano e a taxa de juros é flutuante (Libor – semestral). O *spread* é de 1,7% ao ano e há o pagamento de uma comissão pela garantia do banco Itaú BBA prestada a este banco de 2% ao ano.

Banco Itaú BBA S.A., através da linha de crédito FINIMP financia a aquisição de equipamentos para o Tecon Rio Grande. O financiamento foi contratado no valor de US\$4,0 milhões. O prazo total é de 5 anos, incluindo carência de 1 ano. A amortização e o pagamento de juros são semestrais. O financiamento é denominado em dólar norte-americano e a taxa de juros é flutuante (Libor - semestral). O *spread* é de 1,63% ao ano. A comissão cobrada pelo Banco Itaú BBA S.A. é de 1,75% ao ano.

Os empréstimos bancários foram impactados positivamente em US\$12 milhões (R\$20 milhões) pela *joint venture* Wilson Sons Ultratug.

Garantias

Os empréstimos do BNDES são segurados por rebocadores e PSV’s que são dados como garantia para esses financiamentos. Para três dos sete PSV’s que estão sendo financiados, há também uma garantia que envolve recebíveis do cliente Petrobras.

Os financiamentos do BB são garantidos pelos próprios PSVs objetos deste financiamento, por carta de crédito *standby* e por cessão fiduciária de contratos de longo prazo com a Petrobras.

Os empréstimos do IFC são segurados pelas ações do Grupo no Tecon Salvador e Tecon Rio Grande, pelos fluxos de caixas projetados, equipamentos e construções (equipamentos e construções apenas para Tecon Rio Grande).

O financiamento com o “The Export-Import Bank of China” é garantido por uma “Standby Letter of Credit” emitida para o Tecon Rio Grande, tendo como beneficiário o banco financiador.

Como contra-garantia da operação, o Tecon Rio Grande obteve autorização formal do IFC para alienar fiduciariamente os equipamentos financiados pelo “The Export-Import Bank of China” para o banco Itaú BBA.

Empréstimos pré-aprovados

Em 31 de dezembro 2010, o Grupo possuía US\$389,4 milhões referentes a financiamentos aprovados, porém ainda não utilizados na data supracitada. Este valor inclui 50% do contrato de financiamento assinado em 28 de setembro de 2010, conforme descrito abaixo. Para cada amortização existe um conjunto de precedentes, termos e condições, que devem ser cumpridas.

Contratos de financiamentos assinados

Em 28 de setembro de 2010, o Grupo assinou um contrato de financiamento no valor de US\$ 670 milhões. O contrato foi firmado entre uma subsidiária da Wilson, Sons Ultratug Offshore Joint Venture e o BNDES na função de agente do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”). O financiamento, que terá prazo de amortização de 18 anos e 3 anos de carência, contempla a construção de 13 embarcações de apoio marítimo (Offshore Support Vessels ou OSV’s), que serão construídas na Wilson, Sons Estaleiros.

As 13 embarcações serão entregues entre 2011 e 2015, aumentando a frota da joint venture para um total de 24 embarcações. Três embarcações já começaram a ser construídas.

Valor justo

A Administração estima o valor justo dos empréstimos do Grupo como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Financiamentos bancários	<u>6.479</u>	<u>227</u>	<u>10.794</u>	<u>395</u>
Empréstimos bancário:				
BNDES	224.981	235.652	374.864	410.317
IFC	15.096	20.160	25.152	35.103
Eximbank	14.818	-	24.690	-
Finimp	4.051	-	6.749	-
BB	<u>49.131</u>	<u>-</u>	<u>81.862</u>	<u>-</u>
Total empréstimos bancários	<u>308.077</u>	<u>255.812</u>	<u>513.317</u>	<u>445.420</u>
Total	<u>314.556</u>	<u>256.039</u>	<u>524.111</u>	<u>445.815</u>

Cláusulas restritivas de contratos de financiamentos

As subsidiárias Tecon Rio Grande e Tecon Salvador possuem cláusulas específicas restritivas em seus contratos de financiamento realizados com o IFC. Essas cláusulas referem-se basicamente a manutenção pelo Grupo de certos índices de liquidez. Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo encontra-se de acordo com todas as cláusulas desses contratos.

16. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os principais impostos diferidos passivos e ativos reconhecidos pelo Grupo durante o período corrente e o ano anterior estão apresentados a seguir:

	Depreciação acelerada US\$	Diferença de câmbio nos empréstimos US\$	Diferenças temporais US\$	Items não monetários US\$	Total US\$
Em 1º de janeiro de 2009	<u>(13.243)</u>	<u>1.906</u>	<u>10.618</u>	<u>(4.024)</u>	<u>(4.743)</u>
(Débito)/crédito no resultado	(8.351)	(15.156)	741	35.086	12.320
Diferenças de câmbio	-	3	1.779	-	1.782
Em 31 de dezembro de 2009	<u>(21.594)</u>	<u>(13.247)</u>	<u>13.138</u>	<u>31.062</u>	<u>9.359</u>
(Débito)/crédito no resultado	(5.869)	(1.484)	1.415	6.613	675
Imposto diferido registrado em investimento baixado	5.058	2.885	216	(4.686)	3.473
Diferenças de câmbio	-	35	308	-	343
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(22.405)</u>	<u>(11.811)</u>	<u>15.077</u>	<u>32.989</u>	<u>13.850</u>

	Depreciação acelerada R\$	Diferença de câmbio nos empréstimos R\$	Diferenças temporais R\$	Items não monetários R\$	Total R\$
Em 1º de janeiro de 2009	<u>(30.949)</u>	<u>4.454</u>	<u>24.815</u>	<u>(9.404)</u>	<u>(11.084)</u>
(Débito)/crédito no resultado	(14.541)	(26.390)	1.290	61.092	21.452
Diferenças de câmbio	-	5	3.098	-	3.102
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	7.891	(1.135)	(6.327)	2.397	2.826
Em 31 de dezembro de 2009	<u>(37.599)</u>	<u>(23.066)</u>	<u>22.876</u>	<u>54.085</u>	<u>16.296</u>
(Débito)/crédito no resultado	(9.779)	(2.473)	2.358	11.019	1.125
Imposto diferido registrado em investimento baixado	8.427	4.806	359	(7.808)	5.784
Diferenças de câmbio	-	58	513	-	571
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	1.619	995	(983)	(2.330)	(699)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(37.332)</u>	<u>(19.680)</u>	<u>25.123</u>	<u>54.966</u>	<u>23.077</u>

Alguns impostos diferidos ativos e passivos foram compensados pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras consolidadas um imposto diferido ativo não pode ser compensado com um passivo fiscal diferido de um outra empresa do Grupo, não existe um dispositivo legal que permita compensar ativos e passivos de impostos entre empresas do mesmo Grupo. Após compensação, os saldos de impostos diferidos são apresentados no balanço como se segue:

	2010 US\$	2009 US\$	2010 R\$	2009 R\$
Impostos diferidos passivos	(15.073)	(16.140)	(25.115)	(28.102)
Impostos diferidos ativos	28.923	25.499	48.192	44.398
Total	<u>13.850</u>	<u>9.359</u>	<u>23.077</u>	<u>16.296</u>

Na data do balanço, o Grupo possui prejuízos fiscais não utilizados de US\$30.487 (R\$50.797) (2009: US\$23.664 (R\$41.203)) disponíveis para compensação contra lucros fiscais futuros. Nenhum imposto diferido ativo foi reconhecido referente a US\$10.366 (R\$17.272) (2009: US\$8.046 (R\$14.009)) devido à inexistência de previsão de lucros fiscais futuros.

O imposto diferido resultante do imobilizado, estoque e despesas antecipadas das empresas brasileiras com moeda funcional Dólar norte-americano, é calculado com base na diferença entre os saldos históricos em Dólar norte-americano dessas contas e os registrados nas contas em Reais convertidos pela taxa corrente.

O imposto diferido originado dos ganhos de câmbio dos empréstimos em Dólar norte-americano e em Real atrelados ao Dólar norte-americano que são tributáveis na liquidação dos empréstimos e não no período no qual estes ganhos são originados.

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>
Em 1º de janeiro de 2009	8.455	19.759
Provisão adicional durante o ano	2.192	3.818
Reversão da provisão durante o ano	(3.846)	(6.697)
Diferença de câmbio	3.030	5.275
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(5.037)
Em 31 de dezembro de 2009	<u>9.831</u>	<u>17.118</u>
Provisão adicional durante o ano	4.464	7.437
Reversão da provisão durante o ano	(2.575)	(4.290)
Diferença de câmbio	569	947
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(736)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>12.289</u>	<u>20.476</u>

As aberturas das provisões por natureza é demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Processos cíveis	1.128	781	1.879	1.360
Processos fiscais	261	921	435	1.604
Processos trabalhistas	<u>10.900</u>	<u>8.129</u>	<u>18.162</u>	<u>14.154</u>
Total	<u>12.289</u>	<u>9.831</u>	<u>20.476</u>	<u>17.118</u>

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo continua exposto a reivindicações legais locais. A política do Grupo é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais não possuem embasamento, e gerenciá-las por meio de seus assessores legais. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio líquido do Grupo, não existindo necessidade de reconhecer provisões adicionais às contabilizadas em 31 de Dezembro de 2010.

Adicionalmente aos processos que o Grupo reconhece a provisão para contingências, existem outros processos fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo o montante de US\$53.404 (R\$88.981) (2009: US\$60.355 (R\$105.089)), cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis.

As aberturas das causas possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Processos cíveis	7.259	6.001	12.094	10.449
Processos fiscais	15.829	12.220	26.375	21.277
Processos trabalhistas	<u>30.316</u>	<u>42.134</u>	<u>50.512</u>	<u>73.363</u>
Total	<u>53.404</u>	<u>60.355</u>	<u>88.981</u>	<u>105.089</u>

Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir:

- Cíveis/Ambientais: Discussões de questões contratuais relacionadas a um desentendimento pontual em contratos de fornecedores de transportes e demandas casuais sobre contratos de serviços, em relação às suas obrigações.
- Trabalhistas: Ações que pleiteiam o pagamento de diferenças salariais, horas extras, adicionais de trabalho.
- Fiscal: Tributos exigidos pela legislação brasileira que o Grupo considera inapropriados e litígios contra o Governo.

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

	Pagamentos mínimos de <i>leasing</i>		Valor presente dos pagamentos mínimos de <i>leasing</i>	
	<u>2010</u> US\$	<u>2009</u> US\$	<u>2010</u> US\$	<u>2009</u> US\$
Valores devidos de <i>leasing</i> financeiro				
No primeiro ano	5.921	5.263	4.847	3.902
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	<u>7.098</u>	<u>9.950</u>	<u>6.305</u>	<u>8.653</u>
	13.019	15.213	11.152	12.555
Menos os débitos financeiros futuros (juros)	<u>(1.867)</u>	<u>(2.658)</u>		
Valor presente das obrigações de <i>leasing</i>	<u>11.152</u>	<u>12.555</u>		
Total circulante	<u>4.847</u>	<u>3.902</u>	<u>4.847</u>	<u>3.902</u>
Total não circulante	<u>6.305</u>	<u>8.653</u>	<u>6.305</u>	<u>8.653</u>

	Pagamentos mínimos de <i>leasing</i>		Valor presente dos pagamentos mínimos de <i>leasing</i>	
	<u>2010</u> R\$	<u>2009</u> R\$	<u>2010</u> R\$	<u>2009</u> R\$
Valores devidos de <i>leasing</i> financeiro				
No primeiro ano	9.866	9.164	8.076	6.793
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	<u>11.826</u>	<u>17.324</u>	<u>10.505</u>	<u>15.067</u>
	21.692	26.488	18.581	21.860
Menos os débitos financeiros futuros (juros)	<u>(3.111)</u>	<u>(4.628)</u>		
Valor presente das obrigações de <i>leasing</i>	<u>18.581</u>	<u>21.860</u>		
Total circulante	<u>8.076</u>	<u>6.793</u>	<u>8.076</u>	<u>6.793</u>
Total não circulante	<u>10.505</u>	<u>15.067</u>	<u>10.505</u>	<u>15.067</u>

Conforme a política de *leasing* do Grupo, algumas instalações e equipamentos estão sujeitos a arrendamento mercantil financeiro. O prazo médio de arrendamento mercantil é de 47 meses, nos quais, para o final de dezembro de 2010 restavam 26 meses em média.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a taxa média efetiva de arrendamentos foi de 15,87 % a.a. (2009: 15,21%). As taxas de juros são determinadas na data de assinatura do contrato.

Todos os arrendamentos mercantis financeiros incluem um valor fixo de quitação e encargos financeiros variáveis atrelados à taxa de juros brasileira. As taxas de juros variam de 10,05% a 20,39% a.a.

Os valores de arrendamento mercantil financeiro são determinados em Real.

O valor justo das obrigações de *leasing* do Grupo é o valor presente das obrigações futuras de cada contrato, calculado com base na taxa de juros de cada contrato, sendo próximo ao valor contábil.

As obrigações de *leasing* financeiro do Grupo são garantidas pelos direitos do arrendador sobre os bens arrendados.

19. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2010</u> <u>US\$</u>	<u>2009</u> <u>US\$</u>	<u>2010</u> <u>R\$</u>	<u>2009</u> <u>R\$</u>
Fornecedores	70.353	61.756	117.222	107.530
Impostos	16.657	11.847	27.754	20.628
Pagamentos baseados em ações	23.795	10.591	39.647	18.441
Provisões e outras contas a pagar	<u>6.893</u>	<u>5.733</u>	<u>11.485</u>	<u>9.982</u>
Total	<u>117.698</u>	<u>89.927</u>	<u>196.108</u>	<u>156.581</u>

O Grupo possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que o contas a pagar seja liquidado dentro do prazo.

	<u>2010</u> <u>US\$</u>	<u>2009</u> <u>US\$</u>	<u>2010</u> <u>R\$</u>	<u>2009</u> <u>R\$</u>
<u>Contratos de Construção</u>				
Contratos em vigência nas datas de fechamento do balanço:				
Custos de contratos incorridos, mais lucros reconhecidos, menos perdas reconhecidas até a presente data.	41.632	22.807	69.367	39.712
Menos serviços a faturar	<u>(58.705)</u>	<u>(35.207)</u>	<u>(97.814)</u>	<u>(61.302)</u>
Passivo líquido incluso em fornecedores	<u>(17.073)</u>	<u>(12.400)</u>	<u>(28.447)</u>	<u>(21.590)</u>

20. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES LIQUIDADAS EM CAIXA

Em 9 de abril de 2007, o Conselho de Administração da Wilson Sons Limited aprovou um Plano de Opções de Ações (“Pagamentos baseados em ações” ou “Plano de Incentivo de Longo Prazo”) para os funcionários elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração para os próximos cinco anos. As opções irão proporcionar pagamentos em caixa, ao serem exercidas, baseadas no número de opções multiplicado pelo crescimento do preço do Certificado de Depósito de Valores Mobiliários da Wilson Sons Limited, entre o valor base e o valor na data de exercício das opções. O plano é regido pela lei de Bermuda.

A movimentação da provisão referente ao plano é demonstrada a seguir:

	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>
Passivo em 1º de janeiro de 2009	1.167	2.728
Resultado do exercício	9.424	16.409
Diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>(696)</u>
Passivo em 31 de dezembro de 2009	<u>10.591</u>	<u>18.441</u>
Resultado do exercício	13.204	22.001
Diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>(795)</u>
Passivo em 31 de dezembro de 2010	<u>23.795</u>	<u>39.647</u>

A responsabilidade acima é incluída em “fornecedores e outras contas a pagar”, apresentadas na Nota 19.

	<u>2010</u>
	Número de opções de ações
Saldo em aberto no início do exercício	3.912.760
Concedido (resgatado) durante o exercício	<u>(15.000)</u>
Saldo em aberto no final do exercício	3.897.760

O valor justo reconhecido no passivo pelo montante de US\$23.795 (R\$39.647) (2009: US\$10.591 (R\$18.441)) foi determinado utilizando-se o modelo Binomial, baseado nas seguintes premissas descritas a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Preço de fechamento da ação (em reais)	R\$32,00	R\$21,48
Volatilidade esperada	26-32%	34%
Expectativa de vida	10 years	10 years
Taxa livre de risco	8,60%	9,49%
Rendimento esperado dos dividendos	1,80%	2,2%

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica do preço da ação do Grupo. A expectativa de vida utilizada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração para o exercício das restrições e considerações comportamentais.

<u>Série de Opção</u>	<u>Qtde.</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de “vesting”</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Preço de exercício</u> (R\$)
07 ESO – 2 Anos	940.690	5/5/2007	5/5/2009	5/5/2017	23,77
07 ESO – 3 Anos	940.690	5/5/2007	5/5/2010	5/5/2017	23,77
07 ESO – 4 Anos	940.690	5/5/2007	5/5/2011	5/5/2017	23,77
07 ESO – 5 Anos	940.690	5/5/2007	5/5/2012	5/5/2017	23,77
08 ESO – 2 Anos	33.750	15/8/2008	17/8/2010	17/8/2019	18,70
08 ESO – 3 Anos	33.750	15/8/2008	17/8/2011	17/8/2019	18,70
08 ESO – 4 Anos	33.750	15/8/2008	17/8/2012	17/8/2019	18,70
08 ESO – 5 Anos	33.750	15/8/2008	17/8/2013	17/0/2019	18,70

As opções expiram na Data de vencimento ou em um mês da resignação do funcionário, o que ocorrer primeiro.

As opções de ações em circulação no final do ano tiveram um preço médio ponderado no exercício de R\$23,59 (2009: R\$23,60) e uma média ponderada da vida contratual remanescente de 2.346 dias (2009: 2.712 dias).

Para mostrar a sensibilidade da despesa às mudanças no preço das ações, o Grupo considerou um aumento/diminuição de 10% no seu preço. O rendimento do dividendo foi ajustado em linha com a alteração no preço da ação, mas todas as outras hipóteses foram mantidas, incluindo a volatilidade do preço das ações.

	<u>Realizado</u>	<u>(+10%)</u>	<u>(-10%)</u>
Preço da ação em 31 Dezembro 2010 – R\$	32,00	35,20	28,80
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>
Passivos em 31 Dezembro 2010	23.795	28.662	20.071
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Passivos em 31 Dezembro 2010	39.648	47.757	33.442

As sensibilidades aqui ilustradas são hipotéticas e simplesmente para informação, baseadas no preço das ações e dos fatos conhecidos na data de divulgação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
71.144.000 de ações ordinárias emitidas e integralizadas	<u>9.905</u>	<u>9.905</u>	<u>16.504</u>	<u>17.247</u>

Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, um montante de pelo menos 25% do lucro líquido ajustado do ano corrente, deve ser declarado pelo Conselho de Administração como dividendos a serem pagos aos acionistas antes da próxima Assembléia Geral Ordinária sendo que estes dividendos serão obrigatórios, a menos que o Conselho da Administração considere que o pagamento de tais dividendos não seria de interesse para a Companhia. Os dividendos finais estão sujeitos a aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

Valores reconhecidos e distribuídos aos acionistas da controladora no exercício:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Dividendo final para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010	<u>22.551</u>	<u>16.007</u>	<u>37.574</u>	<u>27.871</u>
Total	<u>22.551</u>	<u>16.007</u>	<u>37.574</u>	<u>27.871</u>

Na reunião do Conselho realizada em 11 de maio de 2010 o Conselho de Administração declarou a distribuição de dividendos em um valor de US\$0,317 centavos por ação (R\$0,528 centavos por ação) no valor total de US\$22.551 (R\$37.574) aos acionistas registrados em 11 de maio de 2010 e o pagamento dos dividendos em 17 de maio de 2010.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	<u>2010</u> US\$	<u>2009</u> US\$	<u>2010</u> R\$	<u>2009</u> R\$
Lucro líquido do período atribuído a acionistas da controladora	69.996	88.531	116.627	154.149
Número de ações	71.144.000	71.144.000	71.144.000	71.144.000
Lucro por ação (em centavos)	98,4	124,4	163,9	216,7

Reserva Legal

O montante equivalente a 5% do lucro líquido anual da companhia, é destinado e classificado em conta específica denominada “Reserva Legal” até que a mesma conta acumule o montante igual a 20% do capital integralizado da companhia.

Reserva para Ajustes Acumulados de Tradução

A reserva para ajustes acumulados de tradução, são oriundos dos impactos das diferentes taxas de conversão sobre as operações das empresas com moeda Real funcional com exceção dos dólares funcionais.

22. SUBSIDIÁRIAS

O Grupo adquiriu através de suas subsidiárias, 25% adicionais de participação da Brasco Logística Offshore Ltda. como resultado dessa transação, o Grupo se tornou o proprietário único de 100% do capital social da Brasco.

A transação foi concluída no dia 16 de junho com o valor de US\$9,0 milhões (R\$15,0 milhões), mensurados a valor justo, para aquisição de ações equivalentes a 25% do capital total da Brasco. Esta operação resultou num pagamento adicional de capital no valor de US\$4,9 milhões (R\$8,2 milhões) proferida na equivalência patrimonial.

Criada em 1999, a Brasco é uma empresa voltada ao apoio logístico integrado para a indústria de petróleo e gás. Atualmente, a empresa possui bases de apoio localizadas em Niterói, Rio de Janeiro, e Guaxindiba (RJ); São Luís (MA); e Vitória (ES).

Detalhes das Companhias subsidiárias em 31 de dezembro de 2010 são demonstradas a seguir:

	<u>Local de incorporação e operação</u>	<u>Proporção de participação acionária</u>	<u>Método utilizado para contabilizar o investimento</u>
<u>Companhia controladora</u>			
Wilson Sons de Administração e Comércio Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Vis Limited	Guernsey	100%	Consolidação
<u>Rebocagem</u>			
Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S.A.	Brasil	100%	Consolidação
Sobrare-Servemar Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Apoio Marítimo Ltda	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Operações Marítimas Especiais Ltda	Brasil	100%	Consolidação
<u>Estaleiro</u>			
Wilson, Sons S.A., Comércio, Indústria, e Agência de Navegação Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Estaleiro Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
<u>Agenciamento Marítimo</u>			
Transamérica Visas Serviços de Despachos Ltda	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Agência Marítima Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Navegação Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
<u>Logística</u>			
EADI Santo André Terminal de Carga Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson, Sons Logística Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
<u>Terminal portuário</u>			
Brasco Logística Offshore Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Tecon Rio Grande S.A.	Brasil	100%	Consolidação
Tecon Salvador S.A.	Brasil	100%	Consolidação
Wilport Operadores Portuários Ltda.	Brasil	100%	Consolidação
Wilson Sons Operadores Portuários Ltda	Brasil	100%	Consolidação
Wilson, Sons Terminais de Cargas Ltda.	Brasil	100%	Consolidação

O Grupo também possui 100% de participação em um fundo de investimentos exclusivos brasileiro: Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hydrus, em Cotas de Fundos de Investimentos. Esse fundo é administrado pelo Banco Itaú e suas políticas e objetivos são determinados pela Tesouraria do Grupo (Nota 14).

Em 2010, a Wilson, Sons Offshore S.A. e a Wilson, Sons Ultratug S.A. tornaram-se joint ventures, deixando de ser subsidiárias.

23. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (JOINT VENTURES)

Em 28 de maio de 2010 foi celebrado o acordo final para a formação da joint venture entre o Grupo Wilson Sons, através de duas de suas subsidiárias no Brasil e, do outro lado, a Remolcadores Ultratug Ltda., companhia pertencente ao Grupo chileno Ultratug.

A associação terá como veículo a sociedade Wilson, Sons Ultratug Participações S.A., de cujo capital participarão os Grupos Wilson, Sons e Ultratug em igual proporção (50/50), conforme os fatos relevantes divulgados nos dias 10 de novembro de 2008 e 6 de outubro de 2009.

Pela participação acionária de 50% da nova sociedade, o Grupo contribuiu com as ações emitidas pela Wilson, Sons Offshore S.A., que opera as embarcações de apoio marítimo offshore.

Pela participação acionária de 50% da nova sociedade, a Remolcadores Ultratug Ltda subscreveu US\$14,3 milhões (R\$23,9 milhões), além de ter contribuído com as ações de sua subsidiária Magallanes Navegação Brasileira S.A., que opera as embarcações de apoio marítimo offshore.

Um ganho de US\$20,4 milhões (R\$34,0), calculado com base no SIC13, foi realizado na formação da joint venture, conforme abaixo.

	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>
Participação de ativos avaliados a valor justo pela Magallanes	16.165	26.935
Menos valor contábil da Wilson, Sons Offshore S.A.	(6.208)	(10.344)
Consolidação da eliminação dos lucros não realizados	10.450	17.411
Contribuição da Wilson Sons a valor contábil líquido	<u>4.242</u>	<u>7.068</u>
Total do ganho de capital na formação da joint venture*	<u>20.407</u>	<u>34.002</u>

* Para maiores detalhes sobre o ativo líquido, verificar a nota 27.

A eliminação do lucro na intercompany representa o lucro na construção dos PSVs no estaleiro, previamente eliminado na consolidação.

A Wilson, Sons Ultratug terá como atividade principal a operação de embarcações de apoio marítimo à exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. O objetivo da associação é expandir as operações de ambos os grupos no segmento offshore, gerando ganhos de escala e aproveitando as oportunidades decorrentes do crescimento da indústria de petróleo e gás no Brasil.

O Grupo tem as seguintes participações significativas em empreendimentos conjuntos:

	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Proporção de participação na Companhia</u>	<u>Método utilizado p/ contabilizar o investimento</u>
<u>Rebocagem</u>			
Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	Brasil	50%	Consolidação Proporcional
Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	Brasil	50%	Consolidação Proporcional
<u>Transportador comum sem navios</u>			
Allink Transportes Internacionais Ltda.	Brasil	50%	Consolidação Proporcional
<u>Offshore</u>			
Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.*	Brasil	50%	Consolidação Proporcional

* A Wilson, Sons Ultratug Participações S.A. é controladora da Wilson, Sons Offshore S.A. e Magallanes Navegação Brasileira S.A., e estas últimas são controladas indiretas da Companhia.

Os seguintes valores estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo como resultado da consolidação proporcional dos empreendimentos em conjunto:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Ativos circulantes	17.991	3.639	29.977	6.336
Ativos não circulantes	127.213	2.297	211.963	4.000
Passivos circulantes	(31.976)	(4.744)	(53.278)	(8.260)
Passivos não circulantes	(109.242)	(21)	(182.020)	(37)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Receitas	35.817	15.963	59.678	27.795
Despesas	(30.860)	(14.748)	(51.419)	(25.679)

Em 2010, a Wilson, Sons Offshore S.A. e a Wilson, Sons Ultratug S.A. tornaram-se joint ventures e suas contribuições proporcionais são equivalentes a oito meses de seus resultados.

24. LEASING OPERACIONAL

O Grupo como arrendatário:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Pagamentos mínimos de <i>leasings</i> operacionais reconhecidos no resultado do exercício	14.528	12.440	24.207	21.661

Em 31 de dezembro de 2010, o valor mínimo devido pelo Grupo para pagamentos mínimos futuros de contratos de *leasing* operacional canceláveis era de US\$13.668 (R\$22.774) (2009: US\$8.390 (R\$14.608)).

Os compromissos de *leasing* para terrenos e construções têm prazo de cinco anos; estes representam as obrigações contratuais mínimas do aluguel entre Tecon Rio Grande e a autoridade portuária de Rio Grande, e entre Tecon Salvador, e a autoridade portuária de Salvador. A concessão do Tecon Rio Grande expira em 2022 e o do Tecon Salvador em 2025.

Os pagamentos garantidos do Tecon Rio Grande consistem em dois elementos: um aluguel fixo, mais uma taxa por 1.000 contêineres movimentados com base na previsão de volume feita pelo consórcio. O valor demonstrado nas contas é baseado na previsão de volume mínimo. É esperado um aumento dos volumes para os próximos anos. Se o volume de contêiner movimentado através do terminal ultrapassar os volumes previstos em qualquer ano, pagamentos adicionais serão exigidos.

O pagamento garantido do Tecon Salvador consiste em três elementos: um aluguel fixo, uma taxa por contêiner movimentado com base em volumes mínimos previstos e uma taxa por tonelada de carga (não armazenada em contêineres) movimentada com base em volumes previstos mínimos.

Na data do balanço, o Grupo tinha compromissos em aberto para pagamentos mínimos futuros de *leasing* operacional não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	<u>2010</u> <u>US\$</u>	<u>2009</u> <u>US\$</u>	<u>2010</u> <u>R\$</u>	<u>2009</u> <u>R\$</u>
No primeiro ano	2.211	1.453	3.684	2.530
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	<u>18.425</u>	<u>13.557</u>	<u>30.700</u>	<u>23.605</u>
Total	20.636	15.010	34.384	26.135

Os pagamentos de *leasing* não canceláveis representam pagamentos de aluguel realizados pelo Grupo pelo armazém alfandegado utilizado pela EADI Santo André.

Em novembro de 2008, o Grupo renovou os direitos de concessão do EADI Santo Andre por mais 10 (dez) anos, esta operação fez que a gerência do Grupo viesse a renovar os contratos de alugueis do armazém alfandegado utilizado pela EADI Santo Andre para o mesmo período. O período de *leasing* não vencido em 31 de dezembro de 2010 é de 9 anos e 4 meses. Esses pagamentos de aluguel são corrigidos pelo índice geral de preço que mede a inflação no país.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCO DE CRÉDITO

a) Gerenciamento do risco de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e financiamentos (Nota 15), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo (nota 14), pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados (Nota 21).

b) Categorias dos instrumentos financeiros

	Valor de mercado		Valor contábil	
	2010	2009	2010	2009
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>
Ativos financeiros (inclui: caixa e equivalente de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes e outros créditos)	289.862	294.751	289.862	294.751
Passivos financeiros (inclui: empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e contas a pagar)	443.406	358.521	443.411	357.899
	Valor de mercado		Valor contábil	
	2010	2009	2010	2009
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Ativos financeiros (inclui: caixa e equivalente de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes e outros créditos)	482.967	513.220	482.967	513.220
Passivos financeiros (inclui: empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e contas a pagar)	738.799	624.256	738.144	623.173

c) Objetivos do Gerenciamento Financeiro de Risco

O Departamento de Operações Estruturadas do Grupo monitora e gerencia os riscos financeiros relacionados às operações e coordena o acesso ao mercado financeiro nacional e internacional. Estes riscos incluem risco de mercado (moeda corrente e variação da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O objetivo principal é manter um mínimo de exposição a esses riscos utilizando instrumentos financeiros sem derivativos e avaliando e controlando os riscos de crédito e liquidez.

d) Gerenciamento do risco de câmbio

Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, pois estão parte denominados em Real e parte em Dólar norte-americano, variando essas proporções de acordo com as características de cada negócio. De forma geral, para os fluxos de caixa operacionais procura-se anular o risco de moeda casando-se os ativos (recebíveis) com passivos (pagamentos). Procura-se ter o excedente de caixa operacional em moeda igual àquela em que está denominado o serviço de dívida de cada negócio.

Os fluxos de caixa dos investimentos em ativos fixos também são denominados, em sua maioria, em Real e Dólar norte-americano. Esses investimentos estão sujeitos a variações de moeda em função do período decorrido entre a fixação do preço de compra de bens ou contratação de serviços junto a fornecedores e o pagamento efetivo desses bens e serviços. Esses fluxos são monitorados com objetivo de casamento entre as moedas das fontes e das aplicações dos recursos e seus vencimentos

O Grupo possui contratos de dívida tanto atrelada ao Dólar norte-americano quanto ao Real e os saldos de caixa e equivalentes de caixa também estão aplicados parte em Dólar norte-americano e parte em Real.

A movimentação desses ativos e passivos monetários está demonstrada a seguir:

	Ativo		Passivo	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>
Transações em reais	255.565	327.593	159.567	129.292

	Ativo		Passivo	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Transações em reais	425.822	570.405	265.871	225.123

Análise de sensibilidade de Moeda Estrangeira

	Exchange rates				
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>			
	R\$1,75/US\$1,00	R\$2,1875/US\$1,00			
<u>Operação</u>	<u>Taxa</u>	<u>Montante em USD</u>	<u>Resultado</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>
Total ativos	Real	255.565	Efeito do câmbio	(12.238)	(60.903)
Total passivos	Real	159.567	Efeito do câmbio	7.641	38.026
			Resultado líquido	<u>(4.597)</u>	<u>(22.877)</u>

e) Gerenciamento do risco da taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco da taxa de juros, uma vez que as empresas do Grupo captam e aplicam a taxas de juros fixas e flutuantes. Para construção de embarcações os financiamentos com o BNDES e Banco do Brasil, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, são contratados a juros pré-fixados. Visto que as taxas destes financiamentos são pré-fixadas e estão abaixo das curvas de juros de mercado, o Grupo entende que o risco para estes contratos é baixo.

Os financiamentos para Operações Portuárias podem ser contratados tanto em taxa fixa como flutuante dependendo das condições de mercado e curvas de juros. É feito um acompanhamento constante do mercado de juros. O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar a exposição à volatilidade dessas taxas.

As operações de Logística utilizam Leasing Financeiro e FINAME para financiar as aquisições de equipamentos. A taxa de juros básica para o FINAME é a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e não há instrumentos disponíveis no mercado para a mitigação da variação dessa taxa. No entanto, por se tratar de uma taxa inferior à taxa de juros básica da economia (SELIC), o risco é considerado baixo e tem a meta de inflação como um dos componentes do seu cálculo (assim como a SELIC).

As aplicações atreladas a Real são pós-fixadas e acompanham a variação diária do DI (Depósito Interfinanceiro) no caso de títulos privados e/ou Selic-Over no caso de títulos públicos. As aplicações em dólar ocorrem através de time deposits, com vencimentos no curto prazo.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

A seguinte tabela de sensibilidade diz respeito à uma variação eventual de receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

		Libor			
		<u>Cenário provável</u>		<u>Cenário possível (25%)</u>	
Empréstimos		0,78%		0,98%	
Investimentos		0,45%		0,57%	

<u>Operação</u>	<u>Taxa</u>	<u>Montante em USD</u>	<u>Resultado</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>
IFC	Libor	6.122	Juros financiamento	(14)	(21)
Eximbank	Libor	14.818	Juros financiamento	(8)	(34)
Finimp	Libor	4.051	Juros financiamento	(5)	(11)
Invenstimentos	Libor	68.831	Resultado financeiro	<u>(81)</u>	<u>1</u>
			Resultado líquido	<u>(108)</u>	<u>(65)</u>

		Taxa de Juros CDI			
		<u>Cenário provável</u>		<u>Cenário possível (25%)</u>	
Investimentos		12,44%		15,55%	

<u>Operação</u>	<u>Taxa</u>	<u>Montante em USD</u>	<u>Resultado</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível 25%</u>
Invenstimentos	CDI	82.983	Resultado financeiro	<u>918</u>	<u>3.113</u>
			Resultado líquido	918	3.113

O efeito líquido foi obtido supondo taxas em um cenário de 12 meses, iniciando em 1º de janeiro de 2011 e todas as outras variáveis constantes.

Os outros financiamentos possuem uma taxa de juros fixa e representam 89,0% do total de financiamentos.

A taxa de risco dos investimentos é 45,3% Libor e 54,7% CDI.

f) Gerenciamento do risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, limites de crédito aprovados junto às principais instituições bancárias do país, monitorando continuamente o fluxo de caixa previsto e real, procurando adequar permanentemente prazos dos ativos e passivos.

As tabelas a seguir detalham o prazo remanescente do Grupo para o seu passivo financeiro sem derivativos. As tabelas foram elaboradas com base nos fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base no primeiro dia em que o Grupo poderá ser obrigado a pagar. A tabela inclui os juros e os fluxos de caixa.

	Taxa média da taxa de juros %	Menor que <u>12 meses</u> US\$	<u>1-5 anos</u> US\$	Mais de <u>5 anos</u> US\$	<u>Total</u> US\$
<u>2010</u>					
Arrendamento mercantil financeiro	15,87%	4.847	6.184	121	11.152
Instrumentos com taxa de juros variáveis	4,73%	5.261	19.669	7.851	32.781
Instrumentos com taxa de juros fixas	3,95%	<u>20.304</u>	<u>88.712</u>	<u>172.364</u>	<u>281.380</u>
		30.412	114.565	180.336	325.313
	Taxa média da taxa de juros %	Menor que <u>12 meses</u> US\$	<u>1-5 anos</u> US\$	Mais de <u>5 anos</u> US\$	<u>Total</u> US\$
<u>2009</u>					
Arrendamento mercantil financeiro	15,21%	4.895	10.460	-	15.355
Instrumentos com taxa de juros variáveis	3,47%	3.402	4.493	1.571	9.466
Instrumentos com taxa de juros fixas	3,99%	<u>14.744</u>	<u>76.217</u>	<u>154.989</u>	<u>245.950</u>
		23.041	91.170	156.560	270.771

g) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo pode ser atribuído principalmente aos seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes. Os valores apresentados como contas a receber no balanço são apresentados líquidos de provisão para devedores duvidosos. A valorização da provisão para perda é estabelecida quando há evento de perda identificado, que com base na experiência do passado é evidência da redução na possibilidade de recuperação dos fluxos de caixa.

O Grupo aplica seu excedente de caixa em títulos públicos e privados. As aplicações risco de crédito privado são feitas apenas em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações do caixa local são feitas por intermédio de um fundo exclusivo com regulamento aprovado pela administração e prevêem uma série de restrições quanto à concentração por risco de crédito.

A política de vendas do Grupo se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar as eventuais perdas decorrentes de inadimplência.

h) Derivativos

O Grupo pode ter contratos de derivativos para mitigar riscos sobre flutuações de taxas de câmbio e juros. Em 31 de dezembro 2009, o Grupo não possuía tais contratos. Em 2010, o Grupo utilizou de contratos futuros interbancários de um dia, à taxa de juros nominal média de um dia, para período entre a data de negociação e o último dia do período de comercialização contratados, marcados a mercado contra a taxa de juros média efetiva de um dia para o outro, calculado e divulgado diariamente pela CETIP. O resultado destes contratos foi a perda de US\$24 (R\$40), liquidados durante 2010. Em 31 de dezembro de 2010, não havia tais contratos.

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Grupo encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 por valores compatíveis com os praticados pelo valor justo nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado e verifica, em consequência, se o ajuste a mercado de suas aplicações financeiras está sendo corretamente efetuado pelas instituições administradoras de seus recursos.

O Grupo não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos saldos de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

j) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em contas correntes mantidas em bancos têm seus valores de mercado correspondentes aos saldos contábeis.

Investimentos de curto prazo

O valor justo dos investimentos de curto prazo foi calculado com base nas cotações de mercado.

Contas a receber e outros recebíveis/Fornecedores e outros contas a pagar

A Administração do Grupo considera que o saldo contábil das contas a receber de clientes e outros recebíveis e dos fornecedores e outros contas a pagar está próximo ao seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuro e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

O valor justo para os contratos do BNDES e financiamento Eximbank é idêntico aos saldos contábeis uma vez que não existem instrumentos similares com datas de vencimento e taxas de juros comparáveis.

Para o financiamento com o IFC, o valor justo foi obtido tendo com base a taxa do último financiamento obtido, mais a taxa da Libor.

26. TRANSAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia e suas subsidiárias que são partes relacionadas foram eliminadas na consolidação e não são divulgadas nesta nota. As transações entre o Grupo e suas associadas controladas em conjunto e outros investimentos estão divulgadas a seguir:

	<u>Passivo circulante</u> <u>US\$</u>	<u>Receitas</u> <u>US\$</u>	<u>Despesas</u> <u>US\$</u>
Joint ventures:			
3. Allink Transportes Internacionais Ltda.	(287)	1.308	3
4. Transamérica Ag. Marítima	1.635	-	114
5. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	(5)	266	26
6. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	(1.722)	2.443	20
7. Wilson Sons Ultratug	(8.915)	1.623	590
8. Wilson Sons Offshore	23.575	17.573	2.241
9. Magallanes Navegação Brasileira	<u>(6.630)</u>	<u>17.751</u>	<u>1.792</u>
Associadas:			
1. Gouvêa Vieira Advogados	-	-	94
2. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	-	-	338
Em 31 de dezembro de 2010	<u>7.651</u>	<u>40.964</u>	<u>5.218</u>
Em 31 de dezembro de 2009	<u>(4.770)</u>	<u>4.608</u>	<u>457</u>

	<u>Passivo</u> <u>circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Joint ventures:			
3. Allink Transportes Internacionais Ltda.	(478)	2.181	5
4. Transamérica Ag. Marítima	2.724	-	190
5. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	(9)	444	43
6. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	(2.870)	4.071	33
7. Wilson Sons Ultratug	(14.854)	2.704	983
8. Wilson Sons Offshore	39.280	29.280	3.734
9. Magallanes Navegação Brasileira	(11.047)	29.576	2.987
Associadas:			
1. Gouvêa Vieira Advogados	-	-	157
2. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	-	-	564
Em 31 de dezembro de 2010	<u>12.746</u>	<u>68.256</u>	<u>8.696</u>
Em 31 de dezembro de 2009	<u>(8.306)</u>	<u>8.023</u>	<u>795</u>

1. Dr. J. F. Gouvêa Vieira é sócio no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira. Os honorários foram pagos ao Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira por seus serviços jurídicos prestados.
2. O Sr. C. M. Marote é acionista e Diretor da CMMR Intermediação Comercial Limitada. Os honorários foram pagos à CMMR Intermediação Comercial Limitada por seus serviços de consultoria prestados.
3. Allink Transportes Internacionais Limitada é controlada em 50% pelo Grupo e aluga escritórios do Grupo.
4. Fornecedores e outras contas a pagar com a Transamérica (taxa de juros – 1% a.m.; sem vencimento).
- 5-6. As transações com empreendimentos conjuntos foram divulgadas como resultado dos montantes proporcionais não eliminados na consolidação.
7. Empréstimos Intercompany (taxa de juros de 0,3% a.m.; sem vencimento).
- 8-9. Contas a pagar (receber) para o estaleiro da Wilson, Sons relativo à construção de embarcações.

27. NOTAS REFERENTES AO RELATÓRIO DE FLUXO DE CAIXA

	<u>Notas</u>	<u>2010</u> <u>US\$</u>	<u>2009</u> <u>US\$</u>	<u>2010</u> <u>R\$</u>	<u>2009</u> <u>R\$</u>
Resultado antes dos impostos		101.019	121.088	168.318	210.837
Menos: Receitas financeiras	7	(13.940)	(34.343)	(23.227)	(59.798)
Menos: Ganho na alienação de investimentos	23	(20.407)	(97)	(34.002)	(169)
Mais: Despesas financeiras	7	<u>11.814</u>	<u>9.555</u>	<u>19.684</u>	<u>16.637</u>
Resultado operacional		78.486	96.203	130.773	167.507
Ajustes para:					
Despesa de depreciação e amortização		42.921	32.065	71.515	55.832
Lucro da alienação de ativo imobilizado		(90)	(372)	(150)	(647)
Provisão para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em caixa	20	13.204	9.424	22.000	16.409
Aumento/ redução das provisões		<u>2.458</u>	<u>1.376</u>	<u>4.096</u>	<u>2.396</u>
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		136.979	138.696	228.234	241.497
(Aumento)/redução de estoques		24	(11.285)	41	(19.649)
(Aumento)/redução de contas a receber		(32.098)	(22.295)	(53.482)	(38.820)
Aumento/(redução) de contas a pagar		16.982	14.847	28.295	25.851
Aumento de outros ativos de longo prazo		3.921	(2.454)	6.533	(4.273)
Rendimentos de investimentos		<u>-</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>24</u>
Caixa gerado por operações		125.808	117.523	209.621	204.630
Impostos de renda pagos		(20.908)	(38.377)	(34.837)	(66.822)
Juros pagos		<u>(7.887)</u>	<u>(9.238)</u>	<u>(13.141)</u>	<u>(16.085)</u>
Caixa líquido de atividades operacionais		<u>97.013</u>	<u>69.908</u>	<u>161.643</u>	<u>121.723</u>

Transações não-caixa:

Durante o ano corrente, o Grupo utilizou-se de investimentos e atividades de financiamento que não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa:

- O Grupo adquiriu US\$1.928 (R\$3.213) (2009: US\$8.928 (R\$15.545)) em equipamentos através de Leasing;
- Financiamento dos equipamentos do Tecon Rio Grande US\$14.700 (R\$24.493);
- Fornecedores de bens do imobilizado US\$2.274 (R\$3.788) (2009: US\$1.117 (R\$1.945));
- Juros capitalizados US\$1.683 (R\$2.806) (2009: US\$731 (R\$1.271));
- Impostos compensados US\$3.454 (R\$5.755) (2009: US\$4.595 (R\$8.001));

Nota suplementar relacionada com a Demonstração do Fluxo de Caixa:

Efeito da operação da joint venture na demonstração do fluxo de caixa:

	2010	
	US\$	R\$
Caixa e equivalentes de caixa	5.040	8.398
Imobilizado	(6.386)	(10.640)
Outros ativos não circulantes	49	82
Estoques	(515)	(858)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(2.639)	(4.397)
Empréstimos e financiamentos	12.002	19.998
Outros passivos	<u>12.856</u>	<u>21.420</u>
Total	20.407	34.002

28. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração da Administração (pessoal-chave da administração do Grupo) é determinada a seguir em grupamentos de cada categoria:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
	US\$	US\$	R\$	R\$
Benefícios de curto prazo de funcionários	11.049	6.866	18.410	13.687
Benefícios pós-administração	2.692	1.537	4.486	3.065
Provisão de pagamentos baseados em ações	<u>13.204</u>	<u>9.424</u>	<u>22.001</u>	<u>16.409</u>
	<u>26.945</u>	<u>17.827</u>	<u>44.897</u>	<u>33.161</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

As principais coberturas de seguros em vigor em 31 de dezembro de 2010 contratadas pelo Grupo:

<u>Tipo de Risco</u>	<u>Objeto</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Cobertura</u>
		US\$	R\$
Administradores e diretores	Resp. civil de administradores	30.008	50.000
Cascos marítimos	Rebocadores	266.813	444.564
Cascos marítimos	Navios de apoio a plataforma	284.473	473.989
Cascos marítimos	RC Proteção e indenização (shipowners)	6.000.000	9.997.200
Cascos marítimos	Rebocadores e lanchas	31.131	51.870
RC Operador portuário	RC Operador Portuário (incluindo bens móveis e imóveis), Terminais (incluindo bens móveis e imóveis), operações logísticas	100.000	166.620
Propriedades (Multiline)	Prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas	<u>15.274</u>	<u>25.450</u>
Total		<u>6.727.699</u>	<u>11.209.693</u>

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de janeiro de 2011, o Companhia anunciou que a Intermarítima Terminais Ltda. ("Intermarítima") exerceu uma opção concedida pela Companhia para a compra de 7,5% das ações ordinárias do Tecon Salvador S.A. pelo preço de US\$6.723 (R\$11.202). O direito da Intermarítima de exercer essa opção estava sujeito à obtenção pela Companhia do direito de operar com exclusividade a área denominada "Ponta do Norte" do Porto de Salvador.

A Intermarítima é um importante operador logístico portuário e terrestre, com atividades baseadas nos maiores portos da Bahia - Salvador, Aratu e Ilhéus. Esta aliança visa o contínuo crescimento do Tecon Salvador, além da exploração de novas oportunidades no segmento de cargas gerais e granéis no estado baiano, que atualmente representa a sexta maior economia do país segundo dados do IBGE.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e o Conselho de Administração em 24 de março de 2011.
